

ARQUIVO, DEMOCRACIA E HISTORIOGRAFIA: A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo

Dr. Luccas Eduardo Castilho Maldonado

Para Ana Maria de Almeida Camargo

Resumo

O artigo analisa o processo de reestruturação do Arquivo Público do Estado de São Paulo ao longo da década de 1970, interpretando-o como parte de uma dinâmica mais ampla de desmonte do autoritarismo e de construção institucional da democracia no Brasil. Partindo da noção de “pré-história” do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), o texto examina as iniciativas políticas, técnicas e intelectuais que antecederam sua formalização em 1984, destacando o papel desempenhado por gestores públicos, historiadores e especialistas em arquivos. Argumenta-se que, nesse contexto, os arquivos deixaram de ser concebidos apenas como espaços de preservação da memória histórica para serem progressivamente compreendidos como instrumentos centrais da administração pública, da transparência estatal e do controle democrático. A análise evidencia ainda a crescente inserção de historiadores universitários na formulação de políticas documentais, bem como a influência de modelos internacionais

de gestão arquivística, particularmente franceses e norte-americanos. Ao reconstruir esse processo, o artigo sustenta que a institucionalização dos arquivos em São Paulo esteve profundamente articulada à redefinição do papel do Estado, à profissionalização do campo historiográfico e à emergência de uma nova cultura democrática fundada no acesso à informação e na responsabilidade administrativa.

Palavras-chave: arquivos públicos; democracia; Estado; política documental; São Paulo.

Abstract

This article examines the reorganization of the São Paulo State Public Archives during the 1970s, interpreting it as part of a broader process of dismantling authoritarian structures and building democratic institutions in Brazil. By proposing a “prehistory” of the São Paulo State Archives System (SAESP), the study analyzes the political, technical, and intellectual initiatives that preceded its formal establishment in 1984, emphasizing the role played by public administrators, academic historians, and archival specialists. It argues that, during this period, public archives came to be understood not merely as repositories of historical memory, but increasingly as key instruments of public administration, state transparency, and democratic accountability. The article also highlights the growing involvement of university-trained historians in the formulation of archival policies, as well as the influence of international archival models, particularly those developed in France and the United States. By reconstructing this trajectory, the article contends that the institutionalization of archives in São Paulo was closely linked to the redefinition of the State, the professionalization of historiography, and the emergence of a democratic culture grounded in access to information and administrative responsibility.

Keywords: public archives; democracy; State; records management; São Paulo.

INTRODUÇÃO

A transição da ditadura militar para a democracia no Brasil foi longa, incerta e marcada por avanços dúbios, contradições e resistências. Iniciou-se um desmonte cauteloso do aparato repressivo durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), que envolvia tanto estruturas institucionais quanto dispositivos legais. A revogação gradual de um

conjunto de normas que proibiam reuniões, institucionalizavam a censura, cassavam direitos civis e suspendiam garantias constitucionais sinalizava uma reconfiguração do regime. Um dos marcos simbólicos mais relevantes desse processo foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 11 de 13 de outubro de 1978 que revogou o Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹, o mais severo instrumento de repressão constituído pela ditadura².

Entretanto, a extinção formal do AI-5 ou a posse de José Sarney em 15 de março de 1985, simbolicamente associada ao retorno do poder civil, não encerrou de modo definitivo as práticas e os legados autoritários. Muitos dos aparatos de controle, vigilância e cerceamento de direitos permaneceram operantes ou se transformaram, adaptando-se à nova conjuntura. É preciso considerar, por outro ângulo, as especificidades da história brasileira, marcada por uma tradição de baixa participação popular, opacidade decisória e frágil cultura democrática. A superação da ditadura exigia não apenas a revogação das leis, mas a constituição efetiva de instituições orientadas por princípios democráticos.

Nesse sentido, compreender a transição política brasileira exige distinguir dois processos que, embora concomitantes e interligados naquele contexto, não se confundem: o desmonte do autoritarismo e a construção da democracia. Longe de constituírem um movimento linear, em que se abandona um modelo e automaticamente se adere a outro, esses processos coexistiram em tensões e sobreposições na história brasileira, permitindo que estruturas autoritárias sobrevivessem no interior de um regime formalmente democrático. Investigar a chamada distensão brasileira requer atenção

¹BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 out. 1978.* BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 1968.*

²Sobre esse processo de desmonte da ditadura, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, p. 2014, p. 325-355.* GASPARI, Elio. *A Ditadura Acabada. São Paulo: Intrínseca, 2016.*

a dinâmicas complexas e por vezes ambíguas nas quais a aparência de democratização podia conviver com a permanência de práticas e instituições herdadas da ditadura. Ademais, a desmontagem de aparatos repressivos não garante a consolidação de garantias democráticas. Em outros termos, o fim do AI-5, que suprimia o Habeas Corpus, não implicou que esse direito passasse a ser plenamente exercido pelos brasileiros. A exclusão de grande parte da população do acesso efetivo à justiça evidencia como o vácuo institucional pode ser tão perverso quanto uma legislação autoritária³.

É no contexto da distensão que os arquivos públicos passam a assumir um novo papel na cena institucional do país, diretamente atravessados pelo desmonte do autoritarismo e pela construção da democracia. Os debates sobre o fim da ditadura se articulam à defesa de arquivos estruturados segundo princípios de transparência, controle social e pleno acesso à informação, influenciando de maneira decisiva os projetos de reorganização e criação dessas instituições. Em algumas unidades da federação, os arquivos públicos passaram a desempenhar um papel significativo nos debates sobre a reconstrução democrática, superando os limites do debate técnico e ganhando projeção pública. O discurso sobre a transparência administrativa e o direito à memória encontrou nos arquivos um campo privilegiado de interlocução entre o Estado, a sociedade civil e os profissionais da informação.

Há uma clara afinidade entre o desmonte do regime militar e o processo de construção democrática, servindo de catalisadores para a emergência de uma política arquivística mais robusta e estruturada⁴.

O presente texto propõe analisar as sucessivas transformações no interior do Arquivo Público do Estado de São Paulo – doravante referido apenas como Arquivo –, destacando como as sucessivas reorganizações institucionais culminaram na criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). Articularam-se à consolidação dessa instituição a própria construção do regime democrático no país e a dissolução do chamado “entulho autoritário”. Mais do que um mero reflexo da transição política, tais transformações expressaram também a tentativa de superar as estruturas administrativas precárias do Estado brasileiro, vinculando a modernização da gestão documental à própria construção de uma cultura democrática.

³Mariana Joffily chama atenção para as dificuldades de se estabelecer uma periodização linear da história política brasileira quando a análise se apoia exclusivamente em marcos institucionais, como mudanças de governo ou calendários eleitorais. As práticas de violação de direitos humanos, como a tortura e as execuções sumárias, não se encerram com as transições formais de regime. O caso do cemitério clandestino de Perus por exemplo reúne tanto vítimas da perseguição política quanto vítimas da violência policial. Em outras palavras, a promulgação de uma nova Constituição ou a realização de eleições não garantem a consolidação de uma ordem democrática efetiva. O massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, no interior da chamada Nova República, é um exemplo contundente da persistência de lógicas autoritárias para além do período ditatorial. Não se trata, portanto, de afirmar uma indistinção entre os regimes, mas de reconhecer a dificuldade histórica de se consolidar no Brasil um arcabouço jurídico e institucional plenamente democrático. No que concerne ao núcleo argumentativo deste texto, a consciência sobre a importância da organização dos arquivos e do acesso à informação como fundamentos da democracia é algo recente no país, tendo avançado a partir do final do século XX. JOFFILY, Mariana. *Sessenta anos do golpe de 1964, que história é essa?* Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 565-591, set./dez. 2024, p. 580-581.

⁴CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os arquivos e o acesso à verdade*. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.



Argumenta-se que esse processo esteve relacionado à emergência de uma nova consciência política no Estado de São Paulo. Essa consciência traduz uma compreensão ampliada sobre a documentação pública: não mais apenas como objeto de valor histórico ou memorial, mas como fundamento administrativo indispensável à democracia. Um Estado democrático deve conhecer e preservar aquilo que produz, sendo capaz de responder por suas ações diante dos cidadãos e das entidades civis, liberando para consulta seus ofícios, memorandos e processos. Essa mudança de perspectiva reconfigura a própria concepção de arquivo, ampliando seu escopo de um espaço de guarda da memória para também um instrumento de controle público e de legitimação da administração⁵.

O texto abordará ainda uma problemática complementar. A reestruturação do Arquivo a partir da década de 1970 reflete também uma reorganização mais ampla da vida cultural brasileira. Nesse período, as instituições públicas dedicadas à cultura e à memória passaram progressivamente a ser dirigidas por historiadores formados nas universidades, em substituição a juristas ou a eruditos vinculados a entidades tradicionais, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP). Esse movimento significou uma redefinição do próprio lugar público do historiador, de guardião da memória, passou a atuar como agente da formulação e gestão das políticas documentais do Estado. Assim, a profissionalização do campo histórico se entrelaçou à institucionalização dos arquivos,

contribuindo para transformar a memória em política e a documentação em instrumento de governo democrático.

Para desenvolver esse argumento, o artigo está organizado em três partes. Na primeira, intitulada “José Mindlin na Secretaria da Cultura”, reconstrói-se a crise institucional vivida pelo Arquivo em meados da década de 1970 e sua entrada na agenda da Secretaria da Cultura, quando a precariedade material da instituição passou a ser publicamente associada a problemas mais amplos da administração estatal. A segunda, “Francisco de Assis Barbosa à frente do Arquivo”, analisa a gestão de Barbosa, destacando a formulação de um diagnóstico sistemático sobre os arquivos públicos e a emergência, ainda incipiente, de um projeto de reorganização de caráter sistêmico, fortemente influenciado pela circulação internacional de modelos técnicos e administrativos. Por fim, a terceira, “José Sebastião Witter como supervisor”, examina a nomeação de Witter como supervisor e a crescente aproximação entre o Arquivo e a universidade, momento em que, além da consolidação dos historiadores como agentes centrais da política documental paulista, desdobrou-se um avanço no debate político-administrativo que passou a compreender a gestão documental como um predicativo fundamental do Estado democrático, culminando na formulação do decreto de criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

⁵MALDONADO, Luccas Eduardo Castilho. *Arquivos em disputa: memória, acervos privados e a constituição das humanidades na Unicamp*. Campinas, 2025. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2025.

JOSÉ MINDLIN NA SECRETARIA DA CULTURA

O Arquivo assumiu uma posição importante nos debates e nas transformações institucionais durante o desmonte da ditadura e a consolidação da democracia a partir de meados dos anos 1970.⁶ A principal consequência dessas interações foi a constituição do SAESP, decisão que ofereceu grande projeção para a instituição, com muitas figuras debatendo a respeito do seu futuro. O Arquivo, contudo, teve uma posição secundária dentro das políticas públicas ao longo da maior parte do século XX, passando inclusive por uma perda de importância em meados do século. Vinculado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública desde 1931⁷, foi transferido em 29 de dezembro de 1967 para Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo por meio de decisão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré⁸. A realocação era um claro sinal de desprestígio, saindo de uma pasta mais estruturada e estratégica para uma menor, distante das demandas de Estado. Dava-se um indicativo de que os documentos não eram uma prioridade na agenda do governo.

A década de 1970 inaugurou uma conjuntura marcada por uma ênfase renovada no papel estratégico do Estado. A ditadura realizou amplos investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, além de fomentar a expansão de empresas estatais. Articulou um projeto econômico em que o Estado era concebido como um componente estratégico da economia. A gestão informacional, a logística administrativa e outros domínios vinculados aos arquivos começaram a ganhar certa projeção naquele

contexto, ainda que de forma limitada e subordinada às diretrizes tecnocráticas do regime.

O período não pode ser caracterizado como um momento de profunda transformação dos arquivos públicos. Não houve durante a ditadura na esfera estadual um reflexo direto da retórica de eficiência administrativa no sentido de concretizar amplos investimentos voltados à reorganização institucional do Arquivo. Registraram-se apenas algumas iniciativas de reestruturação física e administrativa, com alcance limitado. Ainda assim, esses esforços parciais não foram irrelevantes. Contribuíram para o acúmulo de experiências e para a formação de uma base técnica que seria decisiva nas transformações posteriores em contexto democrático.

No âmbito federal, por sua vez, o Arquivo Nacional (AN) passou por tentativas de aprimoramentos técnicos e administrativos que, embora de eficácia restrita, tiveram impacto significativo na difusão de uma nova concepção de gestão documental, não obstante assim como o Arquivo também passasse por severos problemas de infraestrutura e falta de pessoal. A partir da década de 1960, o AN consolidou-se como o principal polo articulador de políticas arquivísticas no país, promovendo debates sobre racionalização administrativa e formação profissional dos arquivistas. A presença de técnicos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e de outros organismos internacionais foi funda-

⁶Para trabalhos que historicizam a instituição, cf. AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1974. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Pequeno Histórico e prontuário do Departamento do Arquivo do Estado*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953. MARTINS, Marcelo Quintanilha. *Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013. MENDES, Ubirajara Dolácio. *Pequeno histórico e prontuário do Departamento do Arquivo do Estado*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953

⁷SÃO PAULO. Decreto nº 5.243, de 27 de outubro de 1931.

⁸SÃO PAULO. Decreto nº 49.168, de 29 de dezembro de 1967. São Paulo, 30 dez. 1967. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49168-29.12.1967.html>. Acesso em: 8 ago. 2025.

mental para estabelecer o intercâmbio entre especialistas brasileiros e estrangeiros, ampliando a circulação de modelos e princípios de organização arquivística. Dessa forma, o AN tornou-se um centro irradiador de ideias e práticas que influenciariam diretamente o processo de reestruturação dos arquivos brasileiros, funcionando como referência conceitual e técnica. São Paulo sofreria a influência direta dessa reorganização.

A sede do Arquivo foi deslocada repetidas vezes para locais precários ou inadequados ao longo do século XX. Seria possível escrever uma história da precariedade do serviço arquivístico paulista a partir dessas mudanças⁹. Um dos episódios mais traumáticos ocorreu em novembro de 1949, quando o prédio do órgão, instalado na Rua Visconde do Rio Branco, foi desapropriado e depois destruído pela prefeitura por causa de obras de alargamento da via. Em apenas cinco dias, trabalhadores sem vínculo com a instituição transportaram de forma apressada todo o acervo para três galpões improvisados nas ruas dos Timbiras, Borges de Figueiredo e no Largo General Osório, sendo que a sede administrativa funcionou neste último endereço. Parte significativa dos documentos foi colocada diretamente no chão nesses espaços, com os conjuntos sendo identificados de maneira rudimentar, com riscos de giz em torno das pilhas de papéis¹⁰. Um jornalista indignado com a situação chegou a escrever uma coluna no *Correio Paulistano*, no dia 10 de dezembro, para denunciar o desmonte do Arquivo: “Perdeu-se ali a sua integridade, a sua homogeneidade, a sua coordenação. [...] Fizeram a expurgo daquele papelório sagra-

do, como quem faz uma limpeza comum numa casa de cômodos”.¹¹

Após esse conturbado período, o Arquivo foi instalado a partir de maio de 1953 na Rua Dona Antônia de Queiroz, em um prédio alugado que anteriormente abrigara uma fábrica. A construção foi precariamente adaptada para receber o acervo. Foi naquele período que se adotou o acondicionamento dos documentos em latas de alumínio, objeto que se tornaria uma marca visual da instituição. Circula entre os funcionários antigos a memória de que essas latas teriam sido produzidas por detentos do sistema prisional paulista, embora não exista comprovação dessa informação.

O prédio deveria ser uma instalação provisória uma vez que contava com diversos problemas de infraestrutura, em especial a alta umidade, excessiva incidência de luz solar e o uso de madeira em diversos espaços. Por isso, alugou-se a construção de um particular com contrato de alguns anos. Entretanto, o temporário quase tornou-se definitivo, com o Arquivo funcionando por cerca de 20 anos no prédio, passando por repetidas dificuldades.

⁹O artigo “Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações”, de Marcelo Quintanilha Martins, elenca algumas dessas crises de infraestrutura, além de repetidas reclamações de servidores devido à falta de amparo, que marcou a história do Arquivo em vários dos seus momentos. MARTINS, Marcelo Quintanilha. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013.

¹⁰AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1974, p. 86.

¹¹VITOR, Manuel. *Um velho arquivo desaparece*. *Correio Paulistano*, 10 de dezembro de 1949, p. 7.

¹²O prédio foi destruído posteriormente, havendo atualmente um condomínio de apartamentos no seu lugar, clara consequência da gentrificação urbana.

1974 foi um ano particularmente conturbado para o Arquivo. O órgão durante a gestão de José Funicelli Filho sofreu um rebaixamento em sua estrutura administrativa, deixando de ter status de Departamento e passando a ser uma Divisão, subordinada à Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.093 de 26 de julho de 1974¹³. Em termos práticos, essa mudança significou perda de autonomia e de relevância política, limitando a capacidade de negociação do diretor dentro da sua pasta. O Decreto nº 4.093, além de rebaixar administrativamente o Arquivo, revogou o seu Regulamento de 1957¹⁴, deixando a instituição sem qualquer marco normativo que disciplinasse sua organização e funcionamento. A ausência de um regulamento conferia ao diretor ampla liberdade para redefinir a estrutura interna, mas, simultaneamente limitava sua capacidade de exigir dos servidores o cumprimento de funções específicas, uma vez que não havia base legal que estipulasse atribuições, responsabilidades ou rotinas de trabalho. O Arquivo, assim, encontrava-se totalmente marginalizado na administração pública.

Esse quadro começou a se modificar a partir de 1975, com a nomeação de José Mindlin para a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia pelo governador Paulo Egydio Martins, que assumira o executivo em 15 de março daquele ano. Martins, embora quadro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), era considerado um ator moderado, defensor da abertura do regime¹⁵. Por outro lado, Mindlin era uma figura de des-

taque no cenário cultural paulista, sendo reconhecido por sua atuação como industrial, bibliófilo e entusiasta da preservação documental e bibliográfica, características que indicavam uma rara convergência entre política cultural e valorização da memória institucional¹⁶.

A pasta com o princípio do governo Martins passou por uma ampla reorganização da sua estrutura administrativa. A antiga Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo foi transformada em Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, ampliando significativamente seu escopo e relevância institucional. A reestruturação reuniu as áreas cultural, científica e tecnológica, conferindo à secretaria maior peso político e capacidade de coordenação das políticas públicas.

O secretário desempenhou uma intensa atividade pública à frente da secretaria nos primeiros meses de 1975, visitando órgãos vinculados à pasta, recebendo jornalistas, concedendo entrevistas e proferindo conferências. No início de sua gestão, uma das questões mais urgentes era uma crise econômica e administrativa da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP), cuja dissolução chegou a ser cogitada. Mindlin concentrou-se em assegurar a continuidade do conjunto, priorizando sua recuperação e consolidando esse projeto como uma das primeiras marcas de sua atuação como secretário. Além disso, empenhou-se em consolidar a carreira de pesquisador dentro do serviço público paulista, estabelecendo um plano de carreira.

¹³SÃO PAULO. Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974. Dispõe sobre a organização da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 1974.

¹⁴SÃO PAULO. Decreto nº 29.922, de 12 de dezembro de 1957. Aprova o Regulamento do Departamento do Arquivo do Estado. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1957.

¹⁵MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 2014, p. 327-328.

¹⁶Há dois depoimentos de Mindlin sobre sua gestão. Em ambos, além de registrar o trabalho relevante conduzido por Francisco de Assis Barbosa e José Sebastião Witter no Arquivo, reconhece a amizade que desenvolveu com as personagens. MINDLIN, José. *Uma experiência de programação cultural*. In: MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 209-221. MINDLIN, José. *Setor público: lições de uma experiência*. In: MINDLIN, José. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras, 1997, p. 84-92.

Estava na agenda do secretário uma visita ao Arquivo no início de junho de 1975, cuja situação vinha sendo questionada pela imprensa desde o início do ano. O *Jornal do Brasil* publicara em 30 de maio uma breve, mas mordaz, nota intitulada “Burocracia plastificada”, que, além de denunciar a perda de grande parte da coleção do *Correio Braziliense*, jornal editado entre 1808 e 1822, lançava mão da ironia para retratar o estado da instituição. O texto narra que um funcionário plastificava “um velho documento, completamente comido por bichos. Como três quartos do papel já haviam sido devorados, o texto estava perdido. E o plastificador, ainda assim trabalhava”. Questionado sobre o motivo, o servidor respondeu de forma automática: “Aqui a gente plastifica os papéis que vêm para a seção. E isto é o que estou fazendo”¹⁷. A cena, descrita com evidente sarcasmo, simbolizava uma burocracia que executa tarefas de forma mecânica, sem qualquer reflexão sobre seu sentido ou utilidade. O *Jornal do Brasil* noticiou em 6 de junho uma vez mais a respeito do tema: “Na próxima semana, o Secretário de Cultura de São Paulo, Sr. José Mindlin, visitará o Arquivo Histórico do Estado. Verá que 30% do acervo está destruído”¹⁸.

Após realizar a visita oficial, Mindlin convenceu-se da urgência de promover mudanças e buscou mobilizar a opinião pública. Para isso, articulou contato com jornalistas e convocou uma coletiva de imprensa, realizada em 10 de junho de 1975, na qual apresentou um diagnóstico contundente sobre a situação do Arquivo e de seu acervo. Esteve presente na conversa com a imprensa o intelectual Francisco de Assis Barbosa, cuja atuação logo se articularia à do secretário. O *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* lançaram no dia seguinte

reportagens que descreviam um quadro alarmante: milhões de documentos e milhares de obras encontravam-se em condições precárias. Estimava-se que cerca de 30% do acervo estivesse irrecuperável. Com aproximadamente 40 funcionários, o Arquivo não conseguia atender simultaneamente às tarefas de preservação e às demandas de consulta de aproximadamente 60 usuários diários. A capacidade de recebimento de novos acervos estava esgotada devido à falta de espaço. As instalações apresentavam sérios problemas estruturais: infiltrações, paredes descascadas, oscilações de temperatura e alta umidade, comprometendo a integridade dos documentos¹⁹.

Diante desse cenário, Mindlin afirmou que conversaria com o governador para que fossem adotadas as medidas necessárias. Ressaltou a necessidade de contar com pessoal especializado e de construir um novo prédio para o Arquivo, iniciativas que deveriam ser cuidadosamente planejadas. Destacou também a possibilidade de firmar uma parceria com o Departamento de História (DH) da Universidade de São Paulo (USP), instituição na qual se graduara em direito, visando promover a colaboração acadêmica e aproximar a instituição do meio universitário.

¹⁷ JORNAL DO BRASIL. *Burocracia plastificada*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1975, p. 8.

¹⁸ JORNAL DO BRASIL. *Informe JB*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1975, p. 8.

¹⁹ O ESTADO DE S. PAULO. *História paulista é reduzida a pó, por faltar verba*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 de junho de 1975, p. 18. ALESSI, Vicente. *O arquivo da história da cidade, uma triste história*. *Folha de São Paulo*, 11 de junho de 1975, p. 13.

Não existe um estudo sistemático sobre o papel desempenhado pelo DH da USP na conformação de políticas arquivísticas em instituições paulistas²⁰. As trajetórias de Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto²¹, que se consolidaram profissionalmente a partir da década de 1970, costumam ser evocadas como referências centrais desse processo. Contudo, o envolvimento de docentes do departamento em debates sobre arquivos é prévio. Desde pelo menos os anos 1940, figuras como Afonso d'Escragnoille Taunay, Eurípedes Simões de Paula, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Regina da Cunha Rodrigues, Sérgio Buarque de Holanda e outros participavam tanto da elaboração de práticas de organização documental quanto de reflexões sobre a profissão e sobre a institucionalidade arquivística. A discussão sobre arquivos estava intrinsecamente articulada à própria profissionalização do historiador e à construção de acervos viabilizadores da pesquisa naquele período.

A preocupação com a organização dos acervos para o trabalho histórico remete ao final do século XIX, com a criação do Museu Paulista, do IHGSP e de outras instituições que estruturaram os primeiros regimes de custódia documental²². A questão é que, a partir da década de 1970, com a atuação de Camargo, Bellotto e José Sebastião Witter, a gestão documental passa a assumir um lugar central no interior do DH e no debate público paulista. A arquivística naquele momento deixa de ser percebida ape-

nas como suporte para a pesquisa e progressivamente se inscreve de maneira decisiva no campo das políticas públicas, articulando-se a agendas de estruturação administrativa, transparência estatal e redefinição das relações entre Estado, universidade e sociedade.

Em outros termos, a crise e posterior reorganização do Arquivo a partir da gestão Mindlin foi o ponto de partida, tanto de uma rearticulação do espaço público de atuação dos historiadores em São Paulo, quanto de uma sofisticação conceitual sobre o entendimento do papel dos acervos na sociedade. Tal processo se estenderia ao longo das décadas seguintes, reorganizando o papel público ocupado pelo historiador em São Paulo e próprio entendimento de arquivologia como um campo de atuação desses profissionais.

Mindlin adotou em 1975 duas medidas iniciais com o objetivo de atenuar a crise vivida pelo Arquivo. A primeira foi solicitar um laudo técnico ao Corpo de Bombeiros sobre as condições do prédio que abrigava a instituição.²³ O relatório, emitido em 30 de agosto daquele ano e assinado pelo primeiro tenente José Carlos da Fonseca, apresentou um diagnóstico alarmante. Além de constatar a inexistência de um sistema de hidrantes e o mau estado dos extintores, o parecer classificou o edifício como de “risco A”, devido ao elevado potencial de propagação de incêndio. O documento alertava que “a edificação destina-se a escritórios e bibliotecas, [...]

²⁰O texto “A prática arquivística e o impulso da historiografia”, de Ieda Pimenta Bernardes, faz um importante movimento nesse sentido, entretanto somente esboça um quadro. BERNARDES, Ieda Pimenta. *A prática arquivística e o impulso da historiografia. Notícias Bibliográficas e históricas*, v. 28 n. 160, 1996.

²¹Embora Heloísa Liberalli Bellotto não tenha integrado o quadro docente efetivo do DH, mas do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), sua atuação manteve um vínculo estreito e continuado com o departamento. Lecionou regularmente na pós-graduação do departamento durante vários anos, contribuindo para a formação de pesquisadores e para a consolidação de uma agenda de debates sobre arquivística, crítica documental e métodos de pesquisa histórica.

²²Para a origem da formação de “coleções científicas” no Brasil, cf. LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 2009.

²³SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros – 6ª Seção – B/6. [Laudo técnico sobre as condições de segurança do prédio do Arquivo Público do Estado de São Paulo]. São Paulo, 30 ago. 1975. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

podendo o material inflamável existente ser classificado como de fácil e média propagação”. Agravava a avaliação ao observar que o edifício “possui ainda no seu interior arquivos de alto valor histórico e elucidativo, mas também de alto teor de combustibilidade, agravando-se ainda mais pela presença de instalações elétricas em péssimas condições”.

A segunda medida adotada foi o convite ao diretor-geral do AN, Raul do Rego Lima, para realizar uma visita técnica ao Arquivo, com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre a situação da instituição. À frente do AN entre 1969 e 1980, Lima conduziu um período de reorganização da instituição. Desde a gestão anterior de José Honório Rodrigues (1958-1964), o órgão vinha promovendo a profissionalização da prática arquivística, que resultou na publicação de manuais técnicos, na criação do Mensário do Arquivo Nacional e na recepção de especialistas estrangeiros de referência, como Henri Boullier de Branche, Michel Duchein e Theodore Roosevelt Schellenberg.²⁴ Essas iniciativas prepararam o terreno para uma nova fase de institucionalização do campo arquivístico no país. A fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, a criação do primeiro curso superior de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 1977 e a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo em 1978 representaram marcos desse processo de consolidação profissional e de reconhecimento público da área.²⁵

A inspeção ocorreu entre 22 e 24 de setembro de 1975 e contou também com a participação das servidoras Wilma Schaeffer Corrêa e Regina Alves Vieira, responsáveis pela preparação do relatório final.²⁶ A presença dessas técnicas foi particularmente significativa. Corrêa, chefe do Serviço de Registro e Assistência, e Alves, chefe da Seção dos Ministérios, realizaram estágios nas *Archives Nationales* da França, trazendo ao país experiências diretamente ligadas à reorganização do modelo de gestão documental do AN.²⁷ A visita, acompanhada de perto por Barbosa, inseriu o Arquivo paulista em uma rede de trocas técnicas e conceituais mais ampla, marcando um momento decisivo de aproximação entre o campo arquivístico brasileiro e as diretrizes internacionais da UNESCO.

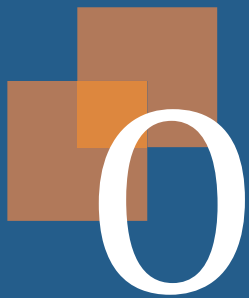
O documento resultante da visita apresentou um quadro preocupante, apontando tanto deficiências estruturais quanto a ausência de condições básicas para o funcionamento adequado do órgão. Entre as recomendações “gerais”, destacava-se que, “enquanto não for construído o prédio definitivo, poderá ser feitas (sic) as seguintes adaptações provisórias”, como a necessidade de “uma vistoria geral na rede elétrica e, se possível, aumento de carga para que possa suportar a nova aparelhagem que está sendo adquirida”. O relatório também indicava a urgência de melhorar a iluminação das salas de trabalho, recarregar ou substituir os extintores, conforme o laudo do Corpo de Bombeiros, realizar vistoria no telhado para verificar goteiras e efetuar limpeza geral com aspiradores de pó.

²⁴Para um panorama da gestão de Rodrigues, cf. SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 11, p. 483-502, 2016.

²⁵Para uma análise detalhada, cf. MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *A arquivologia brasileira*. 2º ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

²⁶BRASIL. Arquivo Nacional. *Ofício de Raul Lima, diretor-geral do Arquivo Nacional, ao chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Assunto: Assistência técnica Arquivo do Estado de São Paulo (Relatório)*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1975. 1 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁷ESTÊVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vítor Manoel Marques da. *A França e o Arquivo Nacional do Brasil*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010, p. 100-101.



O relatório também apresentou uma série de recomendações destinadas a setores específicos do Arquivo. Destacavam-se entre elas a necessidade de adquirir novos equipamentos; capacitar servidores, especialmente no setor de reparos e conservação; criar uma sala de consultas dotada de formulários e procedimentos padronizados; manter esse espaço permanentemente aberto ao público; e estabelecer a separação física entre a área de consulta e o acervo. O documento também enfatizava a importância de estabelecer vínculos mais estreitos com as universidades, sobretudo com os departamentos de História, de modo a integrar o Arquivo às práticas de ensino e pesquisa e a favorecer o intercâmbio técnico e intelectual.

Talvez a sugestão mais significativa, contudo, tenha sido a recomendação de reorganizar a documentação segundo o princípio *respect des fonds*, adotando a classificação por fundos em lugar do modelo temático então predominante na instituição.²⁸ Essa orientação, adotada na França desde o século XIX, representava uma mudança na forma de compreender e estruturar os arquivos. A organização do acervo até aquele momento baseava-se em grande medida nos interesses e nas interpretações dos compiladores, que agrupavam documentos de diferentes origens conforme temas de pesquisa ou critérios de relevância histórica – isso se os

documentos tivessem sido tratados uma vez que uma parte significativa estava somente depositada na instituição.

A coleção editorial *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, criada em 1894, sintetiza essa lógica.²⁹ A iniciativa, concebido por Antonio de Toledo Piza e Almeida, segundo diretor da instituição, reunia textos e registros dispersos sob eixos temáticos, como “vida colonial”, “administração provincial” ou “escravidão”, segundo o valor informativo que podiam oferecer a determinados problemas históricos. 95 volumes foram produzidos seguindo essa proposição até 1990³⁰.

A adoção do *respect des fonds* implicava, portanto, um deslocamento conceitual com grande significado, ultrapassando a mera reorganização dos acervos. Tratava-se de transformar a própria concepção de arquivo vigente na instituição desde o final do século XIX. A instituição durante décadas foi estruturado segundo a lógica de “arquivo-antologia”, uma coleção de peças notáveis, selecionadas por seu potencial informativo para determinados temas históricos e rearranjadas conforme os interesses intelectuais dominantes, sobretudo aqueles vinculados ao IHGSP. Nesse modelo, o Arquivo funcionava como repertório de documentos ilustrativos da narrativa paulista, especialmente temas como bandeirantismo, povoamento e administração colonial – não como a sedimentação orgânica das atividades administrativas do Estado.

²⁸Para maior detalhamento a respeito, cf. DUCHEIN, Michel. 1983. *Theoretical principles and practical problems of respect des fonds in Archival Science*. *Archivaria*, 16 (January), 1983.

²⁹Para algumas considerações muito ricas sobre esse tipo de seleção de documentos realizado na elaboração da *Documentos Interessantes [...]*, em especial para a documentação vinculada ao governo de Morgado de Mateus, cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

³⁰Sobre a coleção editorial, cf. MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações*. 2010. *Dissertação (Mestrado em História Social)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Um exemplo dessa lógica pode ser encontrado nos três grandes núcleos documentais que compunham o acervo do Arquivo nas primeiras décadas de sua existência, após ser criado em 1892: (1) os inventários e testamentos provenientes dos cartórios mais antigos da província; (2) os trabalhos censitários coloniais conhecidos como “Maços de População”; e (3) o “baú” do Secretário de Governo, reunindo papéis administrativos que remontavam ao período colonial. Esses materiais, em vez de serem preservados conforme sua origem institucional (cartórios, secretarias, repartições etc.) foram frequentemente reorganizados conforme critérios temáticos, como sua utilidade para o estudo da “vida bandeirante”, da “São Paulo colonial” etc. Documentos provenientes de origens administrativas heterogêneas foram agrupados e reinterpretados como “testemunhos” de práticas coloniais, tornando-se subsídios essenciais para obras como *Vida e Morte do Bandeirante*, de José de Alcântara Machado,³¹ publicado em 1929, utilizando extensivamente os materiais editados pelo Arquivo.³²

A adoção do *respect des fonds* exigia alterar completamente essa lógica. Em vez de extrair dos documentos seu conteúdo temático para reorganizá-los *ex post* segundo interesses historiográficos, o princípio impunha que cada conjunto documental fosse mantido segundo a instituição que o produziu, preservando-se suas séries, seus fluxos administrativos e sua organicidade. Assim, inventários e testamentos deveriam retornar aos cartórios que os originaram; os “Maços de População” deveriam ser tratados como produção sistemática

das autoridades censitárias da administração colonial; e os papéis do “baú” do Secretário de Governo deveriam ser integrados ao fundo da Secretaria responsável por sua emissão. Essa reorganização não era apenas uma operação técnica. Reconfigurava a própria inteligibilidade da documentação, restaurando os vínculos institucionais que permitiam compreender os processos, os agentes e as práticas administrativas que produziram aqueles documentos.

A implementação, contudo, de uma forma de organização desse tipo requer um esforço significativo, tanto institucional, com a adaptação de legislações e a articulação entre os entes públicos, quanto de pessoal, com os servidores atentos a uma lógica de funcionamento público. Em outros termos, é preciso um amplo investimento político, econômico e administrativo. O próprio AN repetidamente se debateu desde meados do século XX tentando implementar uma lógica organizacional desse tipo, contudo somente a partir da década de 1960, ou seja, aproximadamente 10 anos antes da entrada de Barbosa no órgão paulista, começou a usar sistematicamente uma organização balizada no *respect des fonds*.³³

Por fim, Lima apresentou no relatório uma proposta de convênio entre o AN e o Arquivo, delineando de forma detalhada os compromissos de cada instituição. O acordo previa uma cooperação técnica ampla, pela qual o AN se comprometia a ministrar cursos intensivos de formação arquivística para funcionários estaduais, orientar a reformulação dos sistemas de arquivamento segundo suas normas, fornecer bibliografia especializada e facilitar estágios

³¹ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo Revista dos Tribunais, 1929.

³²A dissertação de mestrado de Franco Della Valle dispõe algumas interessantes informações sobre a relação entre a produção sobre os bandeirantes no começo do século XX e a disponibilização de novos acervos. VALLE, Franco Della. *Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

³³ESTÊVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vítor Manoel Marques da. *A França e o Arquivo Nacional do Brasil*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-102, jan./jun. 2010, p. 88.

de servidores paulistas no Rio de Janeiro. Além disso, oferecia apoio técnico para o projeto da futura sede do Arquivo, reproduzindo literatura técnica e recomendações internacionais sobre edificações arquivísticas. Comprometia-se também a intermediar a filiação do órgão paulista a organismos internacionais e à concessão de bolsas de aperfeiçoamento. Em contrapartida, o Arquivo assumia a responsabilidade de custear as viagens e estadias dos técnicos envolvidos, reunir um conjunto bibliográfico especializado em arquivologia, comunicar os avanços da sua reestruturação administrativa, buscar filiação a organismos internacionais e estudar a criação de cargos específicos de arquivistas e arquivologistas.

O convênio foi formalizado somente no final de 1976, dando início a uma colaboração entre as duas instituições. As recomendações apresentadas pelo AN refletiam em grande medida os debates internos que o próprio órgão travava à época, marcados por sérios problemas de infraestrutura e pela busca de um modelo adequado de organização de seus acervos.³⁴ Apesar dessas dificuldades, o AN possuía um debate mais amadurecido sobre a gestão documental, resultado de tentativas, ainda que não bem-sucedidas, de implementar um sistema nacional de arquivos. Não existia no Arquivo, por outro lado, uma formulação nesse sentido. O convênio foi o ponto de partida para o desenvolvimento de uma discussão mais consistente sobre a necessidade de planejamento e estruturação sistêmica de suas atividades.

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA À FRENTE DO ARQUIVO

Essa convergência entre os governos federal e estadual resultou na nomeação de Barbosa como Consultor Técnico do Arquivo em 21 de janeiro de 1976, cargo no qual permaneceu até 31 de março de 1977, assumindo efetivamente a direção do órgão.³⁵ Sua escolha foi uma indicação do AN. Mindlin e Barbosa não se conheciam pessoalmente até aquele momento, embora tivessem plena consciência das atividades públicas e culturais um do outro. Desenvolveram estreita vinculação a partir daquela oportunidade, tornando-se amigos próximos.³⁶ Barbosa assumiu a responsabilidade de aprofundar o diagnóstico esboçado pela equipe do AN e começar a aplicar medidas para reestruturar a instituição.

A direção cotidiana do Arquivo ficou sob a responsabilidade de Linda Abdelnour de Oliveira Andrade, que assumiu a posição em 16 de fevereiro de 1976, substituindo José Funicelli Filho, que estivera no órgão entre 15 de agosto de 1974 e 4 de janeiro de 1976. Barbosa, por ter vínculos institucionais em Brasília e Rio de Janeiro, não podia sempre estar presente no órgão. Indicou inclusive que não pretendia ficar muito tempo na instituição, aproximadamente um ano, apenas para lançar as bases para um projeto mais amplo. Deu-se por isso a nomeação de Andrade.

³⁴KESKEMÉTI, Charles. *A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. Acervo, Rio de Janeiro*, v. 3, n. 2, jul./dez. 1988.

³⁵Carece-se de um estudo detalhado sobre a trajetória e a obra de Francisco de Assis Barbosa. O trabalho de Antonio Arnoni Prado, "Francisco de Assis Barbosa, o repórter que sonhava" oferece pequenos indicativos nesse sentido. Talvez um consistente ponto de partida seja a análise do arquivo pessoal de Barbosa, disposto na Biblioteca Brasileira Mindlin (BBM), na USP. PRADO, Antonio Arnoni. *Francisco de Assis Barbosa, o repórter que sonhava. Pensares em revista, São Gonzalo*, n. 1, jul.-dez., 2012.

³⁶MINDLIN, José. *Carta a Francisco de Assis Barbosa. São Paulo*, 12 abr. 1977. 2 p. *Fundo Francisco de Assis Barbosa, Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo*

A aproximação entre Mindlin e Barbosa marcou uma inflexão importante na trajetória do Arquivo. À margem das políticas do Estado, a instituição passou a ganhar maior visibilidade. Essa nova fase, contudo, foi abruptamente atravessada pela crise provocada pela morte de Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, nomeado para o cargo por decisão de Mindlin. O assassinato de Herzog em 25 de outubro de 1975 nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército gerou forte repercussão, colocando o secretário no centro de um impasse político. Como desdobramento da crise, Mindlin deixou o cargo em 10 de fevereiro de 1976, sendo substituído por Max Feffer, outro industrial com forte inserção no setor cultural.³⁷ A mudança, entretanto, não representou uma ruptura no projeto delineado para o Arquivo. As diretrizes traçadas continuaram a orientar a atuação da pasta, preservando o apoio institucional à gestão de Barbosa.

Barbosa era naquele momento um dos nomes mais respeitados da vida cultural brasileira. Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), acumulava também uma cadeira no Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão instituído em 1966 e existente até 1990, quando foi diluído pelo presidente Fernando Collor de Mello.³⁸ O organismo foi criado com o objetivo de ser uma entidade consultiva na elaboração de um projeto nacional de cultura. O conselho era constituído por alguns dos principais intelectuais do país, todos com grande capacidade de circulação pelas altas esferas de governo. Barbosa, portanto, combinava prestígio acadêmico, inserção em órgãos de memória e articulação política, atributos que contribuíram

para movimentar o cenário arquivístico paulista. Vinculado a entidades da área e atento ao papel estratégico dos arquivos na vida pública, Barbosa buscou conferir maior visibilidade ao Arquivo, mobilizando redes de apoio e promovendo interlocuções com a universidade e os órgãos de classe.

O período em que Barbosa esteve à frente do Arquivo foi breve, mas caracterizado por intensa atividade administrativa. Seu primeiro desafio consistiu em renegociar o contrato de locação do prédio situado na Rua Dona Antônia de Queiroz uma vez que o proprietário solicitara a devolução do imóvel no princípio de janeiro de 1976. A situação despertou apreensão entre os servidores mais antigos, que guardavam a lembrança traumática do despejo ocorrido em 1949, quando o acervo foi transferido às pressas e sofreu perdas consideráveis.

Após negociações conduzidas pelo setor jurídico da instituição, chegou-se a um acordo que garantiu a permanência do Arquivo no local até 15 de março de 1979, prorrogável por mais três anos, segundo os novos termos contratuais. O entendimento previa também a realização de reformas estruturais no edifício, passando a ter adaptações para a guarda mais adequada do acervo, até a definição de uma sede definitiva. A fixação dessa data estabelecia, em tese, um horizonte concreto para a solução do problema da falta de espaço e reforçava a necessidade de planejar a construção de um novo prédio.

³⁷ESTADO DE S. PAULO. *Mindlin demite-se da Secretaria da Cultura*. Estado de S. Paulo, São Paulo, 10 de fevereiro de 1976, p. 6. MINDLIN, José. *Quem era Vlado*. Instituto Vladimir Herzog, [s. l.], 25 out. 2018. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/quem-era-vlado-por-jose-mindlin/>. Acesso em: 11 ago. 2025. MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC/FGV*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 461-477.

³⁸Sobre o CFC, cf. CALABRE, Lia. *Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura*. Intellèctus, Niterói, ano 5, v. II, 2006.

Um convênio foi firmado em 3 de junho de 1976 entre o Arquivo e o Departamento de Obras Públicas estabelecendo a execução de um conjunto de obras emergenciais destinadas à recuperação das instalações físicas do órgão. Após sucessivas tratativas burocráticas, os trabalhos tiveram início em janeiro de 1977. O plano realizado contemplou a vistoria geral na rede elétrica, com aumento de carga para suportar novos equipamentos; instalação de dispositivos de segurança e combate a incêndios; reforma completa da rede hidráulica, incluindo lavatórios e sanitários; vistoria dos telhados e correção de goteiras; manutenção do elevador; reparo dos pisos e pintura geral do edifício. Outros serviços como a descupinização do prédio também foram realizados.³⁹ Tais procedimentos foram realizadas ao longo do primeiro semestre.

Tirando as questões de infraestrutura, a primeira medida efetiva tomada por Barbosa foi o estabelecimento de um novo Regulamento para o Arquivo, que resultou na sua reorganização administrativa por meio do Decreto nº 7.730 de 23 de março de 1976.⁴⁰ O ato normativo redefinia a posição institucional do órgão dentro da estrutura da Secretaria de Cultura, ao situar a Divisão de Arquivo do Estado sob a subordinação do Departamento de Artes e Ciências Humanas, coordenado por José Geraldo Nogueira Moutinho. Essa vinculação implicava a aproximação do Arquivo às instâncias decisórias relacionadas à pesquisa, à produção intelectual e à formação universitária.

O artigo 20 da norma detalhava a nova organização interna da Divisão, composta por uma Diretoria, uma Equipe Técnica e quatro Seções especializadas (Pré-Arquivo, Docu-

mentação, Estudos e Pesquisas e Administração), configurando um modelo que buscava distribuir atribuições, profissionalizar funções e criar fluxos de trabalho sistemáticos. Em conjunto, essas medidas visavam romper com a indeterminação normativa produzida pela revogação do antigo regulamento e dotar o Arquivo de uma estrutura coerente com as demandas de estruturação arquivística.

No plano da definição das competências do Arquivo, quatro funções foram estabelecidas:

- I. recolher documentação de seu interesse;*
- II. registrar, classificar, catalogar, inventariar e conservar a documentação;*
- III. estudar, coordenar e orientar os trabalhos de registros e de assistência técnica a instituições congêneres;*
- IV. executar os serviços de administração geral relativos à Divisão.*

Apesar de aparentemente abrangentes, tais definições revelam um vácuo significativo. O dispositivo não especifica quais conjuntos documentais seriam considerados de interesse público nem estabelece critérios para orientar o processo de recolhimento. Tampouco delimita quais prerrogativas o Arquivo dispunha para exigir a transferência de documentos ou para intervir na gestão documental dos demais órgãos do Estado. Em suma, tratava-se de um desenho institucional que atribuía responsabilidades amplas e imprecisas, sem os instrumentos jurídicos, operacionais e normativos necessários para torná-las efetivas.

³⁹A TRIBUNA. IPT elimina cupim que ataca prédios tombados. A Tribuna, São Paulo, 23 de fevereiro de 1976, p. 4.

⁴⁰SÃO PAULO. Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976. Reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1976. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1976/decreto-7730-23.03.1976.html>. Acesso em: 30 out. 2025.

No âmbito do acervo, uma das primeiras medidas tomadas foi a implementação de um Serviço de Microfilmagem, resultado direto do incremento elétrico e técnico do prédio. Criou-se também uma publicação seriada para o arquivo, intitulada Arquivo: boletim informativo, saindo dois números em 1976, não obstante posteriormente a publicação tenha assumido um caráter inconstante – diretamente inspirado no Mensário do Arquivo Nacional, constituído em 1970.⁴¹ Houve a tentativa de se criar uma revista com caráter cultural mais amplo no Arquivo, com o nome de Paulística, remetendo o livro homônimo de Paulo Padro,⁴² todavia a ideia não avançou.

Por outro lado, iniciou-se a instituição de uma nova linha de captação, recebendo o arquivo pessoal do antigo governador Altino Arantes em 1976, doado por seus familiares por ocasião do centenário de seu nascimento. Esse gesto inaugurou uma prática sistemática de captação de acervos privados de figuras públicas, que se mantém como uma das diretrizes centrais do Arquivo até os dias atuais. A instituição passou a partir daquele momento a reunir os arquivos de diversas lideranças políticas paulistas, como Altino Arantes Marques, Antonio Carlos da Silva Telles, Antônio Silvio da Cunha Bueno, Armando de Salles Oliveira, Carlos Campos, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, José Carlos Macedo Soares, José da Costa Carvalho, José Luís Almeida Nogueira, José Maria Whitaker, José Vieira Couto de Magalhães, Júlio Prestes de Albuquerque, Laudo Ferreira de Camargo, Mauricio Goulart e Washington Luís Pereira de Souza.⁴³

Essa política de incorporação inscrevia-se em um movimento mais amplo de institucionalização da memória política brasileira, fortemente influenciada pela atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que desde 1973 vinha reunindo e preservando arquivos pessoais de lideranças políticas nacionais. Por outro lado, Barbosa trabalhava na Fundação Casa de Rui Barbosa, órgão que também vinha desenvolvendo uma importante política de captação de acervos privados, contudo focada principalmente na área da literatura. Em linhas gerais, os arquivos privados de figuras com grande projeção pública tornaram-se na segunda metade do século XX parte da política de incorporação dos arquivos.

Outra iniciativa voltada ao acervo foi a realização de uma consulta junto a todas as secretarias de Estado sobre a situação de seus arquivos. Uma das atribuições do Arquivo era recolher a documentação histórica produzida por esses órgãos, promovendo uma articulação entre as secretarias e a instituição. Essa diretriz, contudo, nunca havia sido efetivamente implementada, seja por falta de espaço, seja por falta de articulação entre os entes do Estado. Com o objetivo de lançar as bases para uma política dessa natureza, Barbosa encaminhou a cada secretaria um questionário, que buscava levantar informações essenciais sobre as condições de guarda, organização e destinação dos documentos produzidos pela administração estadual:

⁴¹SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado. Boletim Informativo, n. 1, São Paulo, 1976. SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado. Boletim Informativo, n. 2, São Paulo, 1976.

⁴²PRADO, Paulo. Paulística etc. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

⁴³MENDES, André Oliva Teixeira. Tratamento da documentação privada no Arquivo do Estado de São Paulo. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999. 9-10. COLOMBO, Ana Beatriz; TROTTINO, Sonia. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. Ágora: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 31, n. 63, jul./dez. 2021, p. 9-10.

- *A repartição (denominação e posição administrativa) arquiva todos os papéis nela produzidos?*
- *Arquiva apenas parcialmente? Quais?*
- *Recolhe toda a documentação, ou parte dela, a outro órgão? Qual esse órgão e mediante qual critério?*
- *Procede à eliminação em prazos certos ou não (especificar) de documentos considerados administrativamente desnecessários?*
- *De que natureza são esses papéis? Pede-se discriminar.*
- *Em que legislação ou normas se baseia essa eliminação?*
- *Possui microfilmagem?*
- *As eliminações (quais) são precedidas de microfilmagem?*
- *Outras informações relacionadas com o assunto.*
- *Sugestões (facultativamente) sobre o estabelecimento de normas.*
- *Qual o espaço físico, em metros cúbicos, ocupado nessa repartição pela guarda desses documentos, que já terminaram o seu ciclo administrativo, e que deveriam a rigor ficar sob a custódia do Arquivo do Estado de São Paulo?*

O resultado foi catastrófico. Nem todas as secretarias responderam e as que o fizeram raramente demonstraram qualquer compreensão sobre os fundamentos da prática arquivística. Muitas realizavam eliminações rotineiras de documentos com base em critérios próprios, quase sempre vinculados à falta de espaço, às condições precárias de guarda ou ao simples envelhecimento físico do suporte. Diversos órgãos da administração estadual vinham descartando conjuntos inteiros de papéis, frequentemente documentos de valor permanente, tratados como material deteriorado ou “papel de reciclagem”.

Esse processo era amparado pela Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, legislação que autorizava os órgãos públicos estaduais a alienar ou destruir “papéis imprestáveis” pertencentes às repartições estaduais.⁴⁴ A norma estabelecia que cada secretaria poderia constituir comissões internas de exame e expurgo para definir, segundo seus próprios critérios, o que deveria ser eliminado. A lei não oferecia nenhum parâmetro técnico de avaliação documental, tampouco distinguia entre documentos de valor administrativo, fiscal, probatório ou histórico. O termo “papel imprestável”, além de vago, delegava às próprias repartições a autoridade para definir o que merecia ser preservado, sem qualquer supervisão do Arquivo. Na prática, a legislação funcionou como um mecanismo institucionalizado de destruição de acervos públicos, fomentando práticas de expurgo descentralizadas e desarticuladas, incompatíveis com qualquer política de gestão documental minimamente estruturada. O impacto dessa legislação foi profundo. Diversas secretarias passaram a destruir documentos sistematicamente ao longo dos anos 1970, quase sempre sem registro, sem listas de eliminação e sem qualquer participação de especialistas.

Diante desse cenário, Barbosa não teve dúvidas de que seria necessário elevar o debate arquivístico a um novo patamar e constituir simultaneamente a profissionalização do Arquivo e a requalificação das práticas documentais em todo o Estado de São Paulo, além de promover a reorganização da legislação e das instituições locais vinculadas aos arquivos, convencendo autoridades no processo. Em outros termos, o intelectual compreendeu que o Arquivo, isolado e com pouca autoridade administrativa, jamais conseguiria conter a lógica de expurgos arbitrários produzida pela Lei de 1968. Era preciso construir uma nova cultura institucional, capaz de articular critérios técnicos, padronização de procedimentos e forma-

⁴⁴SÃO PAULO. Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968. Cria, no Palácio do Governo, o Fundo de Assistência Social e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 28 mar. 1968.

ção de quadros especializados. Barbosa tomou como referência o processo em curso no Rio de Janeiro, onde a profissionalização do AN vinha sendo impulsionada, desde a década de 1960, pela presença de especialistas estrangeiros vinculados à UNESCO e a outras instituições internacionais.

Inspirado por esse modelo, Barbosa buscou replicar em São Paulo a inserção do AN em redes internacionais de cooperação técnica. Seu objetivo era, por um lado, aproximar o Arquivo paulista dos padrões internacionais de gestão documental; e, por outro, conferir legitimidade pública e administrativa ao processo de reestruturação institucional que pretendia conduzir.

Nesse contexto, realizou uma viagem à França, entre os dias 22 e 30 de maio de 1976, para participar de um colóquio técnico sobre construção de edifícios de arquivos, promovido pela UNESCO e por autoridades arquivísticas francesas. A iniciativa não se limitava à obtenção de conhecimentos técnicos sobre edificações especializadas. Buscava inserir o Arquivo em circuitos internacionais especializados, estabelecer contatos diretos com instituições de referência e consolidar uma base intelectual capaz de sustentar a futura reformulação do modelo arquivístico paulista.

A preparação da viagem contou com o apoio decisivo do embaixador Paulo Carneiro – figura de destaque na diplomacia e na cultura brasileira, membro da ABL e funcionário de longa trajetória na UNESCO. Barbosa enviou-lhe uma carta em abril de 1976 solicitando auxílio para o estabelecimento de contatos técnicos na França. Carneiro respondeu no dia 11 da-

quele mês, oferecendo não apenas apoio logístico, mas também uma agenda de interlocutores estratégicos. A partir desse diálogo, consolidou-se uma ponte direta entre São Paulo e Paris.⁴⁵ Barbosa tentou também estabelecer uma interação com *Nationaal Archief* dos Países Baixos no final de 1976, sendo prontamente respondido em 16 de dezembro pelo seu diretor, A. E. W. Ribberink.⁴⁶ Essa iniciativa, entretanto, não avançou.

A viagem para a França estava diretamente vinculada à missão de diagnosticar a situação do Arquivo e propor diretrizes para sua modernização. Durante sua estada, Barbosa manteve reuniões com figuras centrais do campo arquivístico internacional. Encontrou-se com Jean Favier, diretor-geral das Archives Nationales, e com Michel Duchein, conservador-chefe, que o acompanhou em visitas técnicas e forneceu documentação de referência sobre a legislação arquivística então em debate na Assemblée Nationale. Aproveitou a oportunidade para convidar Duchein para fazer uma visita técnica ao Arquivo paulista, a qual seria realizada posteriormente. Dialogou igualmente com o arquiteto Daniel Badani, especialista em projetos de edifícios arquivísticos, além dos técnicos Pierre Durye e René Gandilhon, com quem discutiu temas como climatização, mobiliário, conservação e racionalização de fluxos documentais.

Realizou visitas técnicas a importantes instituições francesas, como as Archives de la Seine-Maritime (em Rouen), as Archives départementales du Val-de-Marne (em Créteil) e a *Cité Interministérielle des Archives* (em Fontainebleau), obtendo informações sobre os modelos arquitetônicos e operacionais ali

⁴⁵CARNEIRO, Paulo. Carta a Francisco de Assis Barbosa. Paris, s.d. 2 p. Manuscrito. Fundo Francisco de Assis Barbosa, BBM-USP.

⁴⁶RIBBERINK, A. E. W. Carta a Francisco de Assis Barbosa. 's-Gravenhage (Haia), 16 dez. 1976. 1 p. Datilografada, assinada. Fundo Francisco de Assis Barbosa, BBM-USP.

adotados. Paralelamente, encontrou-se com Célia Ribeiro Zaher, responsável na UNESCO por projetos de documentação e arquivos, e com Frank B. Evans, representante dos *National Archives and Records Administration* (NARA) dos Estados Unidos, com quem discutiu a formação de pessoal técnico especializado.⁴⁷

A viagem também resultou na inscrição formal como membro do *International Council on Archives* (ICA) no final de setembro de 1976, consolidando vínculos da instituição com o circuito internacional de debate da arquivologia,⁴⁸ além de assinar diversas revistas vinculadas ao tema, que encaminhariam seus acervos ao Arquivo. Um exemplo dessa inserção no circuito internacional foi o início de uma circulação internacional de especialistas rumo a São Paulo. Durante a viagem, Barbosa convidou Evans para realizar uma visita técnica ao Arquivo, que foi realizada nos dias 19, 20 e 21 de março de 1976.

A inserção internacional do Arquivo foi uma medida particularmente importante de Barbosa, contudo algo igualmente importante foi a profissionalização da atividade arquivística no Estado. A nomeação de Barbosa coincide com um momento de efervescência organizativa entre os profissionais da arquivologia no Brasil. A AAB foi fundada no dia 20 de outubro de 1971 em uma reunião realizada no AN. Seria realizado no ano seguinte o I Congresso Brasileiro

de Arquivologia, com centenas de participantes.⁴⁹ Tais reuniões seriam marcos para a qualificação do debate sobre arquivos e para a qualificação e organização dos especialistas da área. Em outros termos, a década de 1970 foi determinante para a organização e a profissionalização da arquivologia e dos arquivistas no país. Um dos marcos principais desse processo foi a promulgação da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamentou a profissão de arquivista e técnico de arquivo.⁵⁰

O processo de profissionalização, iniciado principalmente em torno do AN, rapidamente se difundiu para São Paulo, ganhando especial força com a vinda de Barbosa. O intelectual foi o responsável por estabelecer mobilizações para a instalação da AAB na unidade da federação. Durante o III Congresso da ABA, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro entre os dias 17 e 22 de outubro de 1976, o colombiano Frey Alberto Lee López, coordenador geral da Associação dos Arquivistas Latino-Americanos e diretor *Archivo General de la Nación* da Colômbia, recebeu um convite da comitiva de São Paulo, liderada por Barbosa, para conhecer o Arquivo e dialogar com a comunidade de historiadores e arquivistas locais. Em uma reunião na USP com os professores do DH, López sugeriu a criação de um núcleo regional da ABA. A diretora do departamento naquele momento, Myriam Ellis, concordou com a ideia, comprometendo-se a vincular a comunidade de histori-

⁴⁷BARBOSA, Francisco de Assis. *Colóquio em Paris para Construção de Edifícios de Arquivos*. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, n. 22, abril/maio/junho de 1976, p. 36-39. BARBOSA, Francisco de Assis. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. *Ofício n.º 400/76*, de Francisco de Assis Barbosa ao Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, Max Feffer, em 21 de junho de 1976. São Paulo, 1976. *Fundo Arquivo Público do Estado de São Paulo*, *Arquivo Público do Estado de São Paulo*.

⁴⁸CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. *Carta de Charles Kecskeméti a Francisco de Assis Barbosa comunicando a admissão da Divisão de Arquivo do Estado como membro "A" do ICA*. Paris, 8 dez. 1976. 1 carta. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo.

⁴⁹MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. *Contribuições internacionais na institucionalização da Arquivologia no Brasil (1959-1977)*. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). *História da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014, p. 87. GOMES, Yuri Queiroz. *A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da arquivologia no Brasil. 1971-1978*. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). *História da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014, p. 110.

⁵⁰BRASIL. *Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo e dá outras providências*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul. 1978.

adores locais com a iniciativa. Ana Maria de Almeida Camargo, professora da instituição, animou-se com a proposta.

Iniciava-se assim uma articulação entre o Arquivo, o DH e a ABA, visando a profissionalização da atividade arquivística no Estado. Um anteprojeto da seção paulista foi elaborado por um grupo de trabalho presidido pela professora Heloísa de Almeida Prado, bibliotecária do Mackenzie, sendo secretariada por Ana Maria de Almeida Camargo. O núcleo regional da ABA foi instalado em 16 de dezembro de 1976, com forte presença de historiadores, pesquisadores e arquivistas ligados à USP. A cerimônia de instalação do núcleo ocorreu no Anfiteatro da História da USP, com a presença de 32 profissionais e presidência de Barbosa. Esse foi o ponto de partida de uma parceria entre o Arquivo e o DH que resultaria em diversos projetos nos anos seguintes.

A última iniciativa de Barbosa como diretor do Arquivo foi a elaboração de um diagnóstico abrangente sobre a instituição, encaminhado ao governador.⁵² O documento alterna momentos de grande sofisticação analítica com trechos mais apressados, condição natural diante do período curto em que foi redigido. O texto remete explicitamente ao relatório *A situação do Arquivo Nacional*, elaborado por José Honório Rodrigues em 1959, empregando expressões semelhantes e fazendo movimentos próximos de análise.⁵³ Assim como Rodrigues fizera no plano federal, Barbosa denunciou a “negligência oficial” do Estado

em relação à preservação documental, retomando em chave paulista a crítica que seu Rodrigues dirigira à União.

Embora apresente um balanço de sua própria gestão, o diagnóstico concentra-se sobretudo em um conjunto de propostas de reestruturação institucional. Entre elas, cinco assumem posição central. A primeira é a construção de um novo edifício, projetado ou adaptado especificamente para atender às finalidades arquivísticas. Caso fosse concretizada, tal iniciativa resultaria no primeiro prédio concebido exclusivamente como arquivo público no Brasil, o que representaria uma ruptura em relação à longa tradição de improvisação espacial que marcou a história da instituição. Barbosa enfatiza a necessidade de situar esse novo prédio nas proximidades da USP, apresentando inclusive sondagens de terrenos na Cidade Universitária e no Butantã. A proximidade física permitiria integrar o Arquivo ao ambiente universitário, transformando-o em extensão natural das atividades de pesquisa, ensino e formação.

A segunda proposta consiste na criação de um sistema estadual de arquivos, tendo o novo prédio como sede administrativa, mas estabelecendo também filiais em todas as regiões administrativas do Estado.⁵⁴ Era a primeira vez que de dentro da máquina pública paulista se propunha a criação de um sistema no Estado de São Paulo, embora a criação de sistemas estaduais tenha sido debatida longamente no III Congresso da ABA. A defesa desse modelo por

⁵¹ANDRADE, Ana Célia Navarro de. *Ana Maria de Almeida Camargo e o associativismo*. *Officina*, São Paulo, v.3, n. 1, 2024, 172-175.

⁵²BARBOSA, Francisco de Assis. *Arquivos do Governo do Estado de São Paulo: problemas & soluções*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1977.

⁵³RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1959.

⁵⁴Sobre o conceito de sistema, cf. SILVA, Welder Antônio. *Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintas*. In: SILVA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da; MARQUES, Rodrigo Moreno (org.). *Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas*. Belo Horizonte: Letramento: PPGCI, 2022, p. 185-210. JARDIM, José Maria. *El mundo como sistema: consideraciones sobre el enfoque sistémico*. In: JARDIM, José Maria (org.). *Políticas y sistemas de archivos*. México: Secretaría General Iberoamericana; red de archivos diplomáticos Iberoamericanos, 2010, p. 137-154.

Barbosa não é casual, como membro do CFC, estava inserido em um espaço que, desde o final dos anos 1960, buscava impulsionar no plano federal uma política sistêmica para os arquivos.⁵⁵ O governo federal ensaiou em 1975 uma iniciativa nessa direção, ao instituir o Sistema de Serviços Gerais, apresentado pelo presidente Ernesto Geisel em discurso no parlamento como um passo rumo à racionalização administrativa.⁵⁶ A proposta, porém, não avançou, permanecendo como mais um indício das dificuldades históricas de estruturar uma política arquivística integrada no país.

Em outros termos, o intelectual trazia para a agenda estadual uma pauta federal. Apesar das tentativas fracassadas de constituir um sistema em âmbito federal desde 1961, quando o Executivo federal instalou um grupo de trabalho com a responsabilidade de preparar um projeto de sistemas de arquivos,⁵⁷ Barbosa insistia que São Paulo precisava assumir protagonismo na organização de uma política arquivística consistente, capaz de integrar órgãos, padronizar procedimentos e conferir racionalidade à produção documental do Estado, estimulando inclusive a União a aprofundar o seu projeto.

O terceiro eixo refere-se à ampliação e qualificação do quadro de servidores. Em 1976, o Arquivo contava com apenas 47 funcionários, nenhum com formação superior, contraste que Barbosa sublinha por meio de comparações – tal equipe tinha que dar conta, de outras demandas, de 4.443 consulentes anuais, demonstrando a total inviabilidade de um projeto consistente de instituição. O AN possuía mais de uma centena de servidores, os *Archives Nationales* centenas e o NARA milhares. A discrepância evidenciava o

quanto o Arquivo se encontrava estruturalmente aquém das instituições congêneres.

O quarto eixo dizia respeito a uma reformulação da lógica de organização do acervo, rompendo com práticas tradicionais baseadas na mera acumulação e na ordenação temática dos documentos. Barbosa defendia que, além de tratar a vasta massa documental inerte, resultado de décadas de recolhimentos desordenados e classificações improvisadas, o Arquivo deveria reorganizar seus fundos segundo o princípio do *respect des fonds*. A adoção desse método implicava uma mudança técnica, um deslocamento conceitual no modo de compreender o próprio Arquivo, não sendo mais somente um órgão da cultura, mas também um instrumento da administração da pública.

Por fim, Barbosa propôs uma redefinição da posição administrativa do Arquivo dentro da estrutura estatal. Subordinado à Secretaria da Cultura, o órgão não possuía autoridade suficiente para intervir na gestão documental dos demais setores do governo. Para que pudesse coordenar uma política arquivística ampla, deveria assumir uma condição “intersecretarial”, funcionando como unidade autônoma diretamente vinculada ao Gabinete do Governador ou à Secretaria da Casa Civil. Apenas assim o Arquivo teria legitimidade para orientar e fiscalizar as práticas documentais dos diversos órgãos do Estado, superando a lógica de isolamento institucional que historicamente marginalizara sua atuação.

⁵⁵PEREGRINO, Miriane da C. *Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação*. [S.l.: s.n.], [20--]. Trabalho apresentado à ENARA – Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia. Universidade Federal Fluminense.

⁵⁶BRASIL. Decreto nº 75.657, de 24 de abril de 1975. Cria o Sistema de Serviços Gerais – SISG, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 1975

⁵⁷BRASIL. Decreto n.º 50.614, de 18 de maio de 1961. Incumbe grupo de trabalho de elaborar anteprojeto de lei para diretrizes de uma política de arquivos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 maio 1961.

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER COMO SUPERVISOR

Barbosa permaneceu na coordenação do Arquivo até 31 de março de 1977, ficando na posição por pouco mais de um ano. Seu relatório final apresentava um ambicioso conjunto de propostas, cujo alcance ultrapassava em muito a capacidade imediata da instituição. Reestruturar o Arquivo significava intervir simultaneamente em suas instalações físicas, em seus procedimentos técnicos, na qualificação do pessoal, em sua disposição institucional dentro da máquina pública e na própria concepção da gestão documental. Em outras palavras, tratava-se de um programa de longo prazo, cuja efetivação exigia continuidade administrativa e apoio político. Essa necessidade de dar sequência às medidas iniciadas consolidou a aproximação de Barbosa com os professores do DH da USP engajados na criação do núcleo regional da AAB, abrindo caminho para a escolha de um sucessor capaz de sustentar o projeto em andamento.

Foi nesse contexto que José Sebastião Witter foi convidado pelo secretário da Cultura, Max Feffer, para assumir a supervisão técnica do Arquivo em maio de 1977. A escolha foi articulada por Barbosa, que buscava um sucessor capaz de dar continuidade ao projeto de reestruturação que iniciara. Embora integrasse o DH desde 1964, passando de instrutor a professor em 1973, Witter não pôde assumir o cargo de imediato, pois dependia de autorização formal da USP para acumular funções na máquina pública. Feffer enviou um ofício ao reitor Orlando Marques de Paiva solicitando sua liberação, de modo a viabilizar sua atuação simultânea na universidade e no Arquivo.

A nomeação, porém, não foi imediata. Houve resistência por parte da universidade em liberar o docente. Foi necessário que o secretário insistisse junto ao reitor e que o próprio Witter redigisse uma carta justificando o porquê de sua designação ser de interesse para a universidade. Não existia precedente de solicitações desse tipo na Faculdade de Filosofia. Em geral eram os professores do Largo do São Francisco que realizavam esse itinerário entre as salas de aula e os órgãos da administração pública. O documento, assinado em 21 de junho de 1976, é particularmente revelador, tanto pelas razões apresentadas quanto pelo modo como articula a convergência entre o Arquivo e a universidade⁵⁸:

Exmo. Sr. Presidente e demais membros da CPDI [Comissão Permanente do Regime de Dedicação Integral e à Pesquisa],

Venho por desta vez tecer algumas considerações face ao recente convite a mim formulado pelo Exmo. Sr. Dr. Max Feffer, Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Como a ilustre comissão tem ciência, a Secretaria pretende que seja eu seu colaborador junto ao Arquivo do Estado e no qual exercerei função estreitamente vinculada à minha especialidade, qual seja de Diretor Científico, com o objetivo fundamental de dotar o Estado de São Paulo de um Arquivo que possa, de fato, atender aos pesquisadores em geral, em especial historiadores, sociólogos e economistas.

Com esse intuito é que aceitei, em princípio, o convite, aguardando, no entanto o pronunciamento dos órgãos competentes da universidade, para passar a executar a tarefa proposta, de vez que não quero, de forma alguma, deixar de exercer minhas atividades no Curso de Pós-Graduação em História, nem no Setor de Documentação do Departamento de História. Assim, penso ser compatível com minhas funções ligadas à USP, aquela que se autoriza exercer junto ao Arquivo.

⁵⁸USP. Processo 67.1.8503.1.8. Consultado no Arquivo Geral da USP.

Isto posto, creio de interesse ressaltar:

1. Este é a primeira vez em que um professor de História da USP é convidado para exercer essa função, junto a uma Secretaria de Estado;

2. O exercício da função não implicará em hipótese nenhuma no abandono da pesquisa. Ao contrário, não só facilitará como até mesmo estimulará novas pesquisas dado o número inmensurável de documentos à disposição à espera de tratamento;

3. A docência ganhará evidentemente pois é minha ideia tornar aquele Arquivo uma continuação da Universidade e nesse sentido torná-lo de fato um laboratório para o estudante de História. Com isto não só meu curso ganhará, mas também o dos demais colegas do Departamento e da Universidade;

4. Além diretamente da estreita colaboração entre a Universidade e setores governamentais é que poderemos, médio e longo prazo, de fato, obter melhoria global do ensino secundário e da pesquisa;

5. E finalmente, de todo interesse da Secretaria que o Arquivo se instale no seu prédio definitivo, de algum modo próximo do campus da USP, a fim de facilitar ainda mais a pesquisa e a consulta do seu rico acervo.

Por todos esses pontos ressaltados e pelo meu interesse primeiro de não descurar dos meus encargos na USP que submeto à criteriosa apreciação de V. Excelência e dos demais membros da CPDI esta exposição de motivos.

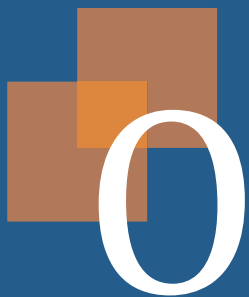
A resistência à nomeação de Witter foi superada em 19 de julho de 1977, quando a reitoria autorizou oficialmente o acúmulo de funções. O professor nunca assumiu integralmente a direção do Arquivo, com Linda Abdelnour de Oliveira Andrade permanecendo na coordenação geral. Havia uma articulação de que Witter responsabilizava-se pelas questões técnicas e

Andrade pelas administrativas, embora tal diferenciação seja muito imprecisa em diversas questões. Na prática, Witter tornou-se o rosto público na instituição uma vez que era ele quem respondia a imprensa, dava entrevistas, recebia os pesquisadores e autoridades etc.

A nomeação de Witter para a supervisão do Arquivo é um momento decisivo dentro de um processo mais amplo de transformação no cenário profissional dos historiadores no Brasil, particularmente em São Paulo. A escolha de um professor do DH da USP para o cargo simbolizava em grande medida uma mudança nas condições gerais de produção e legitimação do discurso histórico autorizado no país. Tratava-se de um movimento que, embora não representasse a substituição imediata de um modelo por outro, indicava uma transição na qual novos atores, oriundos do meio acadêmico, passavam a disputar espaço com instituições e tradições que até então tinham ampla dominância na gestão da memória pública.

O Arquivo desde sua criação em 1892 gravitava em torno IHGSP, fundado dois anos depois, em 1º de novembro de 1894, em cerimônia realizada no salão nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Subordinado à recém-criada Secretaria do Interior, chefiada por Cesário Motta Júnior, um dos quadros intelectualizados do novo regime, o Arquivo nasceu em um arranjo institucional que integrava também o Museu Paulista e o Departamento de Estatística.⁵⁹ Essa configuração concentrava em um mesmo eixo administrativo órgãos voltados tanto à preservação documental e à produção de narrativas históricas quanto à coleta e organização de dados sobre a província transformada em estado.

⁵⁹MORAES, Fábio Rodrigo de. *Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. sér., v. 16, n. 1, p. jun. 2008, p. 210.



IHGSP, associação privada formada pelas elites culturais e políticas ligadas ao Partido Republicano Paulista (PRP), assumiu desde cedo um papel central na mediação do discurso histórico oficial. Sua função declarada era auxiliar o poder público na formulação de uma narrativa sobre a formação histórica de São Paulo, mas, na prática, operava como instância de legitimação das interpretações defendidas pelas oligarquias republicanas. Ao longo de boa parte do século XX, o Instituto exerceu forte protagonismo cultural, influenciando diretamente a atuação do Arquivo e do Museu Paulista. A sobreposição de quadros nessas três instituições reforçava o alinhamento político e historiográfico. Hermann von Ihering, primeiro diretor do Museu Paulista, esteve entre os fundadores do IHGSP. Antônio de Toledo Piza e Almeida também foi fundador do Instituto, atuando como orador na cerimônia de instalação, primeiro secretário e membro da comissão responsável pela redação da revista da entidade.⁶⁰ O segundo diretor do Museu Paulista, Afonso d'Escragnoille Taunay, também fazia parte do IHGSP.

Esse entrelaçamento permitiu que o IHGSP e seus membros ocupassem uma posição central na definição do que se entendia como “história pública” em São Paulo, projetando seus integrantes ao centro da profissão histórica no Estado.

A articulação entre o Arquivo, o Museu Paulista e o IHGSP formavam um verdadeiro projeto de memória, no qual a produção, a guarda e a difusão do conhecimento histórico eram controladas por um círculo de atores, comprometidos com a construção de uma narrativa que reforçava a liderança política e econômica paulista no cenário nacional.

Quando Barbosa assume o Arquivo na década de 1970, o arranjo tradicional que vinculava a instituição às elites culturais do IHGSP se encontrava tensionado. Desde a criação da USP em 1934, o historiador universitário foi se afirmando como um novo agente no campo da produção e gestão da memória, embora sua presença em órgãos de Estado permanecesse limitada até que a Reforma Universitária de 1968, ao redefinir currículos, expandir a pós-graduação e fortalecer a pesquisa acadêmica, consolidasse uma geração de profissionais com maior inserção em políticas públicas e capacidade de disputar espaços institucionais. O conceito de história e o espaço da atuação público do historiador transformou-se substantivamente nesse processo.⁶¹ Um indicativo disso é que 79% dos usuários do Arquivo no final da década de 1970 eram acadêmicos, entre estudantes e professores, principalmente dos cursos de história da USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.⁶²

⁶⁰INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO. *Estatutos do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo: instalado em 1º de novembro de 1894*. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1895. O ESTADO DE S. PAULO. *Secção Livre. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de dezembro de 1894, p. 2. PEREIRA, Maria Aparecida. *Subsídios para a história da educação no Brasil: um estudo da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Tese de doutorado em Educação defendida no Centro de Educação e Ciências Humanas na Universidade Federal de São Carlos, 2013, p. 73.

⁶¹A profissionalização do ofício estava atrelada a consolidação de periódicos especializados, como a *Revista de História* (1950); a fundação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (1961); a criação dos Programas de pós-graduação em História Social e em História Econômica na USP (1971); entre outros processos. Para um trabalho que historiciza a criação dessas instituições, cf. FREIRE, Diego José Fernandes. *O passado da história: os historiadores e as historiadoras da Universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

⁶²WITTER, José Sebastião. *O Arquivo do Estado. Relatório da Divisão de Arquivo do Estado, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia*. São Paulo, 5 de outubro de 1978. 1 relatório. Documento datilografado. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

A ida de um professor da USP para a direção do Arquivo pela primeira vez representou um marco simbólico dessa transição. A universidade passava a ocupar uma posição de hegemonia crescente na produção e validação do discurso histórico, introduzindo abordagens e preocupações distintas daquelas cultivadas nas instituições tradicionais. Não se tratava apenas de uma troca de coordenação, mas de um sinal de que a gestão da memória estatal passava a dialogar com o ambiente acadêmico. Essa mudança implicava uma reorientação na forma de pensar a história e o Arquivo.

Esse movimento se aprofundou nas décadas seguintes, produzindo um processo de transformação interna da instituição. Embora outros historiadores viessem a ocupar posições de coordenação, como Carlos Guilherme Mota e Carlos Bacellar em momentos posteriores,⁶³ o aspecto decisivo foi que a partir da gestão de Witter consolidou-se uma presença contínua de historiadores no cotidiano da instituição, como estagiários, técnicos, assessores etc. Essa inserção sistemática criou no interior do órgão uma comunidade de historiadores, estabelecendo um entrelaçamento duradouro entre a instituição e o campo acadêmico, capaz de renovar métodos, ampliar interlocuções e reconfigurar o próprio sentido público da gestão documental.⁶⁴

Com a posse de Witter, o professor passou a dividir seu cotidiano entre o Arquivo e a USP. Suas medidas iniciais concentraram-se na consolidação de iniciativas deixadas por Barbosa. A primeira foi a realização do *Seminário Arquivos e História*, promovido no Arquivo entre os dias 21 e 25 de novembro de 1977, que reuniu arquivistas e historiadores em torno do debate sobre a importância dos arquivos para o trabalho historiográfico, para a administração pública e para a cultura brasileira.⁶⁵

Contudo, o projeto herdado mais importante foi uma articulação com o DH e a AAB para a criação de um curso de especialização em arquivística. O projeto foi concretizado em 1977, tendo carga horária de 256 horas. Foi oferecido entre março e junho e depois entre agosto e setembro daquele ano, combinando aulas teóricas e práticas, ministradas tanto na USP quanto no Arquivo. A formação exigia que os participantes fossem licenciados ou pós-graduandos em história, reforçando o esforço de aproximar a prática arquivística do ambiente universitário e de qualificar tecnicamente a futura comunidade profissional.⁶⁶

⁶³Isso não quer dizer que somente historiadores ocuparam posições de coordenação no Arquivo a partir daquele momento. Há exemplo de distintos profissionais com outras formações que assumiram posições de gestão na instituição, embora nunca um arquivista tenha assumido a direção do Arquivo.

⁶⁴O autor inspirou-se bastante na reflexão de Olivier Dumoulin sobre a reorganização do espaço público de atuação do historiador ao longo do tempo, cf. DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

⁶⁵O evento resultou em uma publicação intitulada *Seminário Arquivos e História*. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (org.). *Seminário Arquivos e História*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

⁶⁶SÃO PAULO. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Divisão de Arquivo do Estado. Ofício à professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas apresentando sugestões para um curso de arquivística. Processo FFCLH 368/76. São Paulo, [1976]. 3 p. Documento datilografado. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Esse foi o primeiro curso ministrado com caráter de especialização sobre arquivos no interior da USP. As professoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloisa Liberalli Belloto, que participaram da iniciativa, adaptariam o formato no futuro em especializações ministradas na USP a partir de 1986, formando centenas de historiadores com preocupações arquivísticas. O projeto durou até 2008, quando a última turma apresentou seus trabalhos de conclusão de curso.⁶⁷

Este projeto inaugural possui uma importância decisiva na conformação do campo arquivístico em São Paulo. Sua constituição foi profundamente imbricada na historiografia, em contraste com outras unidades da federação, onde a arquivologia se estruturou como curso autônomo e profissão com relativa independência disciplinar. Em São Paulo, ao contrário, o desenvolvimento da área se deu sob a égide das práticas e problemas próprios da pesquisa histórica. A criação do núcleo regional da AAB nas dependências do DH da USP é sintomática dessa configuração. A arquivologia emergia não como campo profissional com agenda própria, mas como desdobramento e sofisticação técnico-científico das demandas historiográficas. Para utilizar uma imagem típica dos debates metodológicos do final do século XIX e início do XX, poder-se-ia dizer que a arquivologia aparece como uma “ciência apêndice” da história ou como um conjunto de preocupações fagocitado pela disciplina histórica.

Essa subordinação não foi apenas disciplinar, mas também institucional. As preocupações arquivísticas que chegaram ao Brasil, sobretudo

por meio das influências francesas e americanas, foram absorvidas pelo ambiente dos historiadores paulistas, que se tornaram os principais formuladores de normativas, práticas de organização documental e debates sobre política arquivística na unidade da federação e às vezes do Brasil. Não surpreende, portanto, que São Paulo tenha apenas um único curso público de arquivologia: o da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Marília, criado em 2003, tardiamente se comparado ao restante do país.⁶⁸ Essa diferença se deriva de um entendimento sedimentado de que a formação arquivística deveria ser oferecida como especialização decorrente da graduação em história, seja por meio de cursos *lato sensu*, seja via pós-graduação *stricto sensu*. Assim, consolidou-se a percepção de que o arquivista seria antes de tudo um historiador especializado e não um profissional dotado de trajetória acadêmica própria.

Esse complexo quadro de transformação, tanto na configuração disciplinar da história quanto no próprio Arquivo, não apenas redefiniu o perfil da gestão documental e o papel institucional do historiador, como também inseriu a universidade em um debate mais amplo sobre arquivística, acesso à informação, políticas de memória e democracia. Em outras palavras, a aproximação entre o DH e o Arquivo produziu um deslocamento significativo, de uma visão instrumental dos arquivos como meros depositários de fontes para a pesquisa histórica para uma concepção que entendia a gestão documental como fundamento do Estado democrático. A partir desse novo horizonte, os historiadores passaram a discutir temporalidade documental, avaliação, destinação e acesso não apenas

⁶⁷Deve-se destacar também que há muito de contingência e acaso neste arranjo disciplinar da arquivologia em relação a história. Belloto destacou em depoimento que ela e Witter planejaram criar uma graduação de arquivologia na USP nos anos 1980, como ela fez em vários espaços do país, porém a ideia não avançou. Em outros termos, os principais atores não controlaram plenamente os rumos da configuração disciplinar da arquivologia no estado. GOULART, Silvana. Um desafio do tamanho de Ana Maria Camargo. *Officina*, n. 1, v. 3, 2024, p. 128-129. MARTINS, Neire do Rossio; ROCCO, Brenda. Arquivologia: memórias de uma ciência entrevista com Heloisa Liberalli Bellotto. *Officina*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2023, p. 141-145.

⁶⁸Para um panorama nacional dos cursos de arquivologia, cf. OLIVEIRA, Flávia Helena de. *A formação em Arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares*. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

como questões técnicas, mas como problemas públicos. A presença de Witter no Arquivo foi decisiva para esse movimento. Ao ocupar uma posição estratégica, catalisou um processo no qual a universidade não apenas utilizava o acervo, mas também intervém em sua organização, em suas rotinas e em seu estatuto.

A consolidação dessa nova sensibilidade em torno dos arquivos não ocorreu apenas no plano discursivo. Ganhou corpo nas práticas e nos vínculos institucionais que se estabeleceram entre a USP e o Arquivo. Sob a mediação de Witter, uma ponte entre a comunidade de historiadores e o Arquivo foi firmada e gradualmente aprofundada. Diversos docentes do DH passaram a integrar o cotidiano da instituição, levando alunos, desenvolvendo projetos e experimentando metodologias de organização documental.

No final dos anos 1970, as professoras Maria de Lourdes Janotti e Suely Robles Reis de Queiroz conduziram grupos de estudantes na elaboração de um índice onomástico e temático dos Anais e Documentos Parlamentares, exercício que exigia manuseio sistemático de coleções, construção de critérios de classificação e consciência das funções de um instrumento de pesquisa. Maria Beatriz Nizza da Silva coordenou um levantamento da documentação relativa às Secretarias de Estado de São Paulo. Raquel Glezer e Ady Siqueira de Noronha desenvolveram trabalhos práticos sobre organização de arquivos intermediários, discutindo temporalidade, tipologia documental e racionalização do fluxo

informativo no Estado. Essa convergência entre instituições preserva-se até a atualidade, obviamente que assumindo novos formatos.

Foi nesse contexto que se insere a visita de Michel Duchein ao Brasil, episódio de grande importância no processo de reestruturação do Arquivo.⁶⁹ A interlocução com Duchein vinha sendo preparada desde maio de 1976, quando Barbosa realizou a viagem oficial à França e estabeleceu com o francês uma correspondência contínua.⁷⁰ Em suas cartas, dialogavam sobre problemas concretos do Arquivo, discutindo soluções de climatização, segurança, classificação e estrutura administrativa. Barbosa começou a articular em novembro de 1976 a possibilidade de trazer Duchein ao país por meio de um convite oficial do governo paulista.

A visita concretizou-se entre 15 de agosto e 2 de setembro de 1978, com Witter na direção do Arquivo, por meio de uma articulação mais ampla entre o governo federal, São Paulo e outros governos estaduais. Ao longo desse intervalo, Duchein visitou o Arquivo paulista, o Arquivo Nacional, o Arquivo do Rio de Janeiro, o Arquivo de Minas Gerais e dialogou com diferentes setores da administração e da comunidade universitária, oferecendo pareceres, diagnósticos e recomendações. Essa estadia, uma entre várias outras de especialistas de arquivos que passaram pelo Brasil na segunda metade do século XX, foi central para a consolidação da arquivologia no país devido ao razoável período que o francês ficou e no envolvimento que teve com os atores locais – as cartas com Barbosa indicam um

⁶⁹Para uma análise detalhada da visita de Duchein ao Brasil em 1978, inclusive incluindo a sua passagem por outras instituições além do Arquivo, cf. SILVA, Welder Antônio. *Retrospectiva da arquivística brasileira no século XX*. 2002. 96 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) - Escola de Arquivologia, UNI-RIO, Rio de Janeiro, 2002, p. 54-58. LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos*. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

⁷⁰DUCHEIN, Michel. *Division des Archives de France. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 12 nov. 1976. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo. DUCHEIN, Michel. *Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 12 jul. 1978. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo. DUCHEIN, Michel. *Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 8 set. 1978. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo. DUCHEIN, Michel. *Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 17 dez. 1979. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo. DUCHEIN, M. *Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 1 ago. 1980. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.*****

explícito afeto do francês para com a comunidade local. Duchein fez sugestões bibliográficas, propôs reestruturação arquitetônica nos arquivos, deu indicações técnicas, debateu a elaboração de legislações específicas, manteve um epistolário com diversos brasileiros etc. Em suma, engajou-se com o projeto local.

A passagem do francês por São Paulo despertou um relativo interesse público, com o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiando sua visita em 16 de agosto de 1978. Witter aproveitou a situação para pressionar o poder público sobre a necessidade urgente de construção de um novo edifício. Apontou a situação precária do Arquivo, que não poderia continuar funcionando como um simples “depósito de papel velho”. A cobertura da imprensa reforçou a dimensão política e cultural daquele momento. A chegada de Duchein simbolizava a convergência entre universidade, governo e padrões internacionais de gestão, produzindo um ambiente favorável para a formulação de uma política arquivística estruturada em São Paulo.⁷¹

A visita culminou na elaboração de um relatório extenso e minucioso, escrito a partir das recomendações técnicas de Michel Duchein e do trabalho conjunto de José Sebastião Witter, Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart.⁷² Pela primeira vez na história do Arquivo, produziu-se um documento que examinava de modo sistemático e concreto as condições necessárias para a construção de uma sede adequada, definindo não apenas as regiões de São Paulo mais apropriadas para sua implantação, mas também a metragem necessária, a distribuição interna dos espaços, os equipamentos indispensáveis e os materiais recomendados para garantir preservação e segurança.

O relatório detalhava exigências estruturais como o uso de concreto armado impermeabilizado, portas corta-fogo, sistemas seguros de instalações elétricas e ambientes climatizados. Além de propor uma reorganização funcional que permitisse ao Arquivo assumir plenamente um formato compatível com padrões internacionais. Defendeu a criação de dois edifícios distintos, um destinado ao “arquivo histórico” e outro ao “arquivo intermediário”, estabelecendo uma lógica espacial fundada na temporalidade dos documentos e na racionalização de fluxos informacionais. O relatório também enfatizava a necessidade de legislação específica que amparasse a instituição, oferecendo sustentação jurídica às mudanças estruturais propostas e apontando que a consolidação do Arquivo dependia tanto de soluções técnicas quanto de uma reforma institucional mais ampla. Em suma, diversas propostas, de distintas frentes, eram colocadas culminando nos requisitos necessários para o estabelecimento de um sistema de arquivos.

A visita de Duchein representou o ponto culminante de um ciclo de entusiasmo reformista inaugurado na gestão de Mindlin. Contudo, apesar do impacto simbólico, suas propostas não foram transformadas em agenda imediata. O projeto esbarrou na necessidade de volumosos investimentos financeiros e na falta de prioridade política dentro do governo paulista, fazendo com que ao longo daquela década avançasse pouco além do diagnóstico. A Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia chegou a se pronunciar em janeiro de 1978, afirmando que ampararia as iniciativas de Witter, indicando que contrataria pessoal especializado e que o novo prédio teria sua pedra fundamental instalada em um terreno até o fim daquele ano.⁷³ Tal ato, no entanto, não aconteceu naquela década.

⁷¹ESTADO DE SÃO PAULO. *Em novo prédio, Arquivo deixará de ser depósito. Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 de agosto de 1978, p.*

⁷²WITTER, José Sebastião. *O Arquivo do Estado. Relatório da Divisão de Arquivo do Estado, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 5 de outubro de 1978. 1 relatório. Documento datilografado. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo. Há também o próprio relatório redigido por Duchein. DUCHEIN, Michel. *Organisation des archives: rapport établi à l'intention du Gouvernement de la République fédérative du Brésil par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture. Paris: UNESCO, 1978.**

⁷³AMORE, Antonio Augusto Soares. *A preservação do Arquivo. Estado de São Paulo, São Paulo, 1 de janeiro de 1978, p. 2.*

A posse de Paulo Salim Maluf como governador de São Paulo e Antonio Henrique Bittencourt da Cunha Bueno como Secretário da Cultura em março de 1979 estancou de vez a iniciativa naquele momento. Assumia o executivo um grupo com poucas preocupações democráticas e com severas reservas à universidade e aos aparelhos culturais. Dessa forma, Witter, que assumira a responsabilidade de dar continuidade à reformulação, enfrentou nos anos seguintes enorme dificuldade em implementar as recomendações, tanto por limitações orçamentárias, quanto por fragilidades na gestão política. A saída de Linda Abdelnour de Oliveira Andrade da direção do Arquivo em 20 de novembro de 1979 significou a perda de uma aliada importante, dificultando ainda mais o avanço da iniciativa. Sua substituta foi Ady Siqueira de Noronha, nomeada em 21 de setembro de 1979.

Ainda assim, os conhecimentos acumulados ao longo desse processo constituíram uma base conceitual e operacional que não se perdeu, consolidando-se como um repertório mais ou menos comum entre os servidores especializados do Arquivo e entre setores da comunidade de historiadores. Na prática, os primeiros anos da década de 1980 foram marcados por um período de estudo e preparação, voltado tanto à reforma administrativa interna quanto à contratação de pessoal técnico especializado. Preparava-se uma reestruturação administrativa destinada a fazer com que o Arquivo passasse a operar segundo os padrões esboçados por Duchein, com a distinção entre arquivo intermediário e arquivo histórico, estabelecimento de rotinas administrativas e adoção plena do princípio do *respect des fonds*.⁷⁴

Paralelamente, o Arquivo se consolidou como um importante centro de eventos acadêmicos e culturais, com uma agenda intensa, predominantemente composta por contribuições de pesquisadores e especialistas. A criação da Semana Sérgio Buarque de Holanda e a denominação de uma sala do prédio em homenagem a esse historiador refletiam o tipo de memória que estava sendo construída e os sujeitos intelectuais envolvidos nesse processo – Witter inclusive fora orientando de Sérgio Buarque.⁷⁵

Nesse contexto, foi lançado um novo boletim institucional no início de 1980, significativamente mais robusto que o anterior, com foco na publicação de artigos, divulgação de projetos em andamento e circulação de informações sobre as atividades da instituição. Alguns dos seus colaboradores foram Amélia Trevisan, Ana Maria de Almeida Camargo, Heloisa Liberalli Belloto, José Sebastião Witter, Marilena Leite Paes, Odilon Matos, Raquel Glazer, Rose Maria Inojosa, Silvana Goulart etc. A seção “Pesquisadores & Pesquisas” se destaca, pois traz notícias sobre os estudos em desenvolvimento na instituição, evidenciando como os historiadores estavam cada vez mais presentes naquele espaço.⁷⁶ A publicação funcionou até o final da década, sendo descontinuada na seguinte, quando um novo boletim foi constituído. Alguns livros também seriam editados pela instituição naquele momento, em geral obras históricas que se desenvolveram a partir de acervos do Arquivo. Em síntese, os anos iniciais da década de 1980 foram de intenso trabalho interno, mas de marasmo diante das instâncias superiores do Estado.

⁷⁴GLAZER, Raquel. O Arquivo hoje. *Boletim histórico e informativo*, São Paulo, 3 (1), jan./mar. 1982, p. 8-14.

⁷⁵ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *boletim histórico e informativo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v. 1, n. 1/2, jan./ago. 1980.

⁷⁶Para parte das atividades desenvolvidas no Arquivo, cf. MALDONADO, Luccas Eduardo; NICODEMO, Thiago Lima. *Arquivo em disputa: uma genealogia semântica do espólio de Sérgio Buarque de Holanda*. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, p. 1-44, 2025.



Figura: Inauguração da Sala Sérgio Buarque de Holanda no Arquivo. Fonte: Siarq/Unicamp.

Dois acontecimentos em 1979 lançaram as bases para transformações que se colocariam nas décadas seguintes, preparando o terreno para a retomada do projeto de criação de uma estrutura arquivística mais consistente em São Paulo. Ironicamente, 1979 foi declarado pela UNESCO como o *Ano Internacional dos Arquivos*, buscando estimular os debates a respeito dessas instituições, entretanto a iniciativa não teve qualquer reflexo imediato significativo no país.

O primeiro ocorreu no âmbito municipal, com a criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, pela Lei Municipal nº 1.573 de 11 de outubro de 1979, juntamente do anúncio da intenção de se implementar um sistema municipal de arquivos.⁷⁷ O projeto começou a ser implementado a partir de 1981, contando com assistência técnica do Arquivo do Estado, sendo efetivamente criado em 1984.⁷⁸ A iniciativa, coordenada pela professora do DH Ana Maria de Almeida Camargo,

tornou-se referência por ser a primeira iniciativa de organização arquivística no país em forma de sistema que deixou de ser um projeto e foi efetivamente instalado, com a criação de um órgão central, implementação de tabelas temporalidades etc.⁷⁹ Em outros termos, dava-se um exemplo concreto, ainda que lentamente constituído, que era possível instalar um sistema de arquivos no Brasil.

O segundo acontecimento decisivo foi a promulgação da Lei de Anistia em 28 de agosto de 1979,⁸⁰ marcando o início, tímido e limitado, de um debate mais amplo sobre memória, direitos políticos e responsabilidade do Estado. Desde o início do governo Ernesto Geisel (1974-1979), havia uma declaração oficial de que o país passaria por um processo de abertura “lento, gradual e seguro”. Contudo, foi principalmente a anistia, juntamente com a Emenda Constitucional nº 11 de 1978,⁸¹ que determinou o fim dos Atos Institucionais e Atos Complementares, que conferiram materialidade ao processo de abertura.

Embora não tratasse diretamente de arquivos, a anistia inaugurou as condições para a emergência de uma demanda social por registros, transparência e revisão do passado autoritário, reforçando a percepção de que instituições arquivísticas eram componentes essenciais de um projeto democrático ainda em construção. Foi um ponto de partida extremamente limitado que passaria por difíceis avanços nas décadas seguintes. A questão, contudo, é que o debate adentra a esfera pública, com os historiadores, assumindo um papel importante em

⁷⁷RIO CLARO. Lei nº 1.573, de 1979. Rio Claro, 1979.

⁷⁸IANNIBELLI, Rosina. Arquivo do Estado comemora 90 anos. *Mensário do Arquivo Nacional*, São Paulo, 13 (7), 1982, p. 224.

⁷⁹Para uma análise detalhada da criação do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, cf. FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. *Arquivo Público de Rio Claro: de depósito para repositório da memória, com valor histórico e finalidade cultural*. Officina, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 8-34, 2024.

⁸⁰BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 ago. 1979.

⁸¹BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 out. 1978.

diversos momentos. O movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos também desempenhou papel de grande importância ao reivindicar informações sobre seus entes queridos, o que colocava a documentação pública no centro da disputa. Era preciso localizá-la, organizá-la e disponibilizá-la e isso encontra explícita convergência com a proposta de estruturação dos arquivos. Há uma afinidade explícita entre a formação de uma cultura democrática, a revisão crítica do autoritarismo e a crescente consciência social sobre a importância dos arquivos como instrumentos de cidadania e reparação.

Diversos intelectuais, ativistas, outros atores começaram a demandar publicamente uma política arquivística mais consistente. O jurista e professor da USP Dalmo de Abreu Dallari, que participou da redação da Lei de Anistia, fez isso com um texto publicado no *Estado de São Paulo* em 16 de setembro de 1979.⁸³ Em “A guarda e eliminação de documentos históricos”, desenvolveu um diagnóstico sobre o vazio normativo e institucional que marcava a arquivística brasileira.⁸⁴ Seu principal ponto era que a conservação de documentos públicos não era apenas uma questão administrativa, mas um pressuposto para a produção de conhecimento científico, para a transparência estatal e para o exercício de direitos democráticos.

Seu texto revela a tensão entre a expansão burocrática do Estado e a inexistência de mecanismos legais eficazes para garantir sua preser-

vação, acesso e destinação final. O autor critica abertamente o descompasso entre a complexidade crescente da administração pública e o caráter precário da legislação, apontando que as constituições federal e estadual não contavam com qualquer base sólida para uma política de arquivos, resultando em práticas fragmentadas, personalistas e frequentemente marcadas pela destruição indiscriminada de documentação.

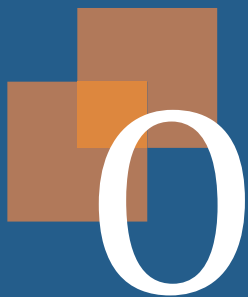
Dallari também enfatiza que sem uma estrutura arquivística consistente o país permanecia vulnerável à perda irreversível de informações essenciais, comprometendo não apenas a memória coletiva, mas o próprio funcionamento do Estado. Ao analisar a situação específica do Arquivo, observa a ausência de diretrizes claras de recolhimento, a precariedade da infraestrutura e o fato de que decisões críticas sobre a guarda de documentos dependiam mais da disposição pessoal de gestores do que de uma política pública estável.

Em última instância, o texto denunciava que o país vivia uma contradição profunda. Buscava consolidar um regime de direitos e responsabilidades, enquanto permanecia incapaz de organizar os registros básicos de seu próprio funcionamento. Portanto, insere o problema dos arquivos no centro da transição democrática, sugerindo que a democratização não poderia avançar sem um compromisso explícito com a preservação documental, condição para a verdade histórica, para a responsabilização estatal e para a construção de uma cidadania informada.

⁸²Para trabalhos que oferecem informações sobre o movimento, cf. TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. 2011. Versão corrigida. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. TELES, Janaína de Almeida. *Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 3., 2010, Buenos Aires. *Recordando a Walter Benjamin: Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la memoria*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2010.

⁸³O texto publicado deriva de um parecer que Barbosa encomendou a Dallari no final de 1976, destinado a subsidiar o governador na adoção de mudanças jurídicas e administrativas no Arquivo. Após algumas adaptações, o jurista divulgou o conteúdo em artigo publicado no *Estado de S. Paulo*. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Parecer sobre a situação administrativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 jan. 1977. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*.

⁸⁴DALLARI, Dalmo de Abreu. *A guarda e eliminação de documentos históricos*. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 de setembro de 1979, p. 4-5.



O artigo de Dallari articulava-se a um contexto mais amplo de mobilização pública. O jurista foi um dos fundadores e principais articuladores da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP-SP), criada em 1972 com o propósito de denunciar violações de direitos humanos durante a ditadura. Com o tempo, a Comissão ampliou seu campo de atuação, incorporando à agenda a defesa de uma cultura de acesso à documentação estatal.

Não por acaso, o projeto *Brasil: Nunca Mais* foi organizado, a partir de 1979, sob a égide da CJP-SP, com o propósito de identificar, reunir, sistematizar e divulgar a documentação probatória das práticas repressivas do regime, preservada nos autos do Superior Tribunal Militar (STM). Um dos principais impulsos para sua execução era o temor de que esse conjunto documental viesse a ser destruído no contexto da abertura política – receio ancorado em precedentes históricos de eliminação de acervos administrativos relacionados a outras violações, como os registros da escravidão ou do Estado Novo. Historiadores que frequentavam o Arquivo e a ABA participaram da iniciativa, entre eles Ana Maria de Almeida Camargo.⁸⁵

O principal articulador da criação da CJP-SP, o arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns, também interveio no debate ao publicar o artigo “Os arquivos e a vida de hoje”, na *Folha de São Paulo*, em 21 de outubro de 1981.⁸⁶ Assim como o escrito de Dalmo Dallari, o texto

inscrevia a questão dos arquivos em um horizonte mais amplo de reconstrução institucional e democrática. Marcado por uma erudição eclesialística pouco comum já naquele momento, Arns sublinhava a centralidade dos arquivos para a administração pública e para a vida intelectual, ressaltava a longa historicidade dessas instituições e evocava Santo Jerônimo como uma referência precoce à reflexão sobre sua importância. Ao defender a necessidade de sua adequada estruturação, reconhecia explicitamente o papel desempenhado por Witter à frente do Arquivo e vinculava essa agenda à formação de novos quadros especializados.

Nenhum desses textos formulava ideias propriamente novas acerca dos arquivos. A noção de que a estruturação de instituições arquivísticas constitui um fundamento incontornável da vida democrática remonta, ao menos, ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial. No Brasil, contudo, esse debate permaneceu por longo tempo restrito a círculos especializados, sobretudo à comunidade de historiadores e arquivistas, sem alcançar maior repercussão pública. Os escritos produzidos por membros da CJP-SP assinalam, nesse sentido, uma inflexão relevante, ainda que circunstancial. Ao deslocarem a questão dos arquivos para o espaço público, esses textos romperam os limites do campo especializado e fizeram com que o problema da preservação, do acesso e da custódia documental passasse a ressoar em diferentes arenas da vida social e política.

⁸⁵Para um depoimento de Camargo sobre, cf. IFCH – UNICAMP. *Ditadura nunca mais: uma conversa com Ana Maria de Almeida Camargo*. YouTube, 29 mar. 2023. 1 vídeo (2h30min45s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pP6Uyt14KZ4>. Acesso em: 11 dez. 2025.

⁸⁶ARNs, Dom Paulo de Evaristo. *Os arquivos e a vida de hoje*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 de outubro de 1981, p. 23.

Esse deslocamento do debate encontrou no início da década de 1980 um contexto institucional parcialmente favorável no plano federal. A posse de Celina Vargas do Amaral Peixoto como diretora-geral do AN, em 15 de junho de 1980, abriu um horizonte de expectativas em torno da reorganização do setor e da eventual constituição de um sistema nacional de arquivos. Tratava-se, contudo, de um processo necessariamente lento. Antes de qualquer transformação, impunha-se a realização de um diagnóstico preciso das condições existentes, a afirmação de uma liderança capaz de articular diferentes instâncias administrativas e a mobilização do corpo técnico da instituição. Somava-se a isso o debate sobre a necessidade de um novo edifício concebido especificamente para abrigar funções arquivísticas, adequado às exigências de preservação e acesso.

No plano estadual, esse movimento de reordenação institucional também começava a produzir efeitos. O Arquivo completou noventa anos de existência em 1982, realizando diversas atividades culturais e aprofundando estudos sobre a reforma interna, ainda que sem grande visibilidade na administração pública mais ampla. Dentro desse processo, preparava-se um prédio, na rua Presidente Wilson, que seria inaugurado em 1985, para servir como Arquivo Intermediário.

Esse novo cenário possibilitou uma mobilização mais ambiciosa por parte de Witter, especialmente no que dizia respeito à política de recolhimento de documentos da administração pública. Em meados de 1982, Witter iniciou negociações com o diretor-geral do DOPS, o de-

legado Romeu Tuma, com vistas à transferência da documentação do departamento para o Arquivo.⁸⁷ O movimento articulava-se à perspectiva de diluição institucional do DOPS, que se concretizaria no ano seguinte. O processo, no entanto, seria longo e marcado por impasses. A documentação apenas chegaria ao Arquivo em 1991, sendo liberada para consulta no ano seguinte.⁸⁸ Paralelamente a esse esforço, o Arquivo também avançou na captação de outros conjuntos documentais estratégicos, como o banco de teses da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), ampliando seu perfil como instituição de referência para a pesquisa acadêmica e para a preservação da memória científica e administrativa do Estado.⁸⁹

O grupo político de Maluf deixou o governo de São Paulo em março de 1983. Em maio de 1982, o governador afastara-se do cargo para candidatar-se a deputado federal, de olho na eleição indireta para a presidência da república, prevista para janeiro de 1985, da qual sairia derrotado. Nesse intervalo, seu vice, José Maria Marin, assumiu o governo estadual. A posse de Franco Montoro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em março de 1983, após eleição direta do ano anterior, ocorreu sob um clima de expectativa e mobilização em torno da redemocratização e da reorganização das instituições públicas.

⁸⁷CIDADE DE SANTOS. *Arquivo do DEOPS, fonte de história. Cidade de Santos, Santos, 22 de agosto de 1982, p. 12.*

⁸⁸BORIN, Monique Félix; SOARES, Sheila Aparecida Rodrigues. *Abrindo os arquivos do Deops/SP: a experiência da livre disponibilização na internet dos acervos da repressão*. In: STAMPA, Inez Terezinha; SÁ NETTO, Rodrigo de (org.). *Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. p. 32-39. MORAES, Maria Blasioli. *A disputa pelo acesso, controle e ocultação de documentos no processo de abertura dos arquivos da ditadura militar no Brasil*. 2024. 284 f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2024.

⁸⁹CIDADE DE SANTOS. *Banco de teses. Cidade de Santos, Santos, 12 de janeiro de 1983, p. 3.*

Esse novo contexto, contudo, não se traduziu automaticamente em avanços para o Arquivo. Ao contrário, verificou-se em 1983 um movimento de retração institucional, com a subordinação do Arquivo ao Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura, por meio do Decreto nº 20.955 de 1º de junho de 1983.⁹⁰ Tal decisão sinalizava uma concepção do Arquivo como um equipamento cultural e não como um órgão estratégico da administração pública e da gestão documental do Estado. No mesmo ano, Ady Siqueira de Noronha deixou a direção da instituição, sendo João Branco de Lima nomeado diretor em 1º de outubro de 1983. Sua permanência, porém, foi breve. Deixou o cargo em 31 de dezembro do mesmo ano, o que acentuou o quadro de instabilidade administrativa.

Nesse cenário de transição, disseminou-se o temor de que Witter fosse afastado do Arquivo e de que as reformas em curso fossem interrompidas. A reação não tardou. O DH encaminhou um manifesto ao governador Montoro, solicitando a permanência de Witter à frente da instituição e destacando a relevância de seu trabalho tanto para a historiografia quanto para a consolidação democrática. O documento contou com a assinatura de diversos atores da sociedade civil, evidenciando o grau de legitimidade pública alcançado pelo projeto em curso. Ao final, a pressão surtiu efeito e Witter permaneceu no Arquivo.⁹¹

Contudo, o episódio que efetivamente alterou os rumos do Arquivo foi a grande repercussão pública de um acontecimento ocorrido naquele mesmo ano. Em meados de 1983, começou a ser amplamente divulgado pela imprensa o 1º Leilão da Memória Nacional, previsto para 2 de setembro no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo. O evento anunciava a comercialização de 110 lotes de documentos públicos, integrantes de uma coleção particular formada a partir de materiais de evidente interesse histórico e administrativo, originalmente produzidos por órgãos do Estado.⁹²

A reação foi imediata e contundente. A imprensa, a universidade e setores do funcionalismo público mobilizaram-se contra o que foi amplamente interpretado como um processo de privatização da memória estatal, levando à suspensão provisória do leilão. Witter engajou-se diretamente na controvérsia, buscando fundamentos jurídicos que permitissem barrar o evento. A principal base mobilizada foi o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que tratava da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.⁹³ Tratava-se, contudo, de um instrumento jurídico antigo e insuficiente para responder plenamente à situação, uma vez que não fazia referência direta à noção de documentos públicos ou à sua custódia arquivística. Tal condição acabou por viabilizar a realização do leilão em 22 de setembro de 1983.⁹⁴

⁹⁰SÃO PAULO. Decreto nº 20.955, de 1º de junho de 1983. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 1 jun. 1983.

⁹¹MARTINS, Marcelo Quintanilha. *Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013, p. 238-239.

⁹²SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato de; TOGNOLO, Natalia Bolfarini. *Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 2018. ESTADO DE PAULO. *A memória nacional pela primeira vez em leilão*. Estado de São Paulo, São Paulo, 2 de setembro de 1983, p. 14.

⁹³BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

⁹⁴SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato de; TOGNOLO, Natalia Bolfarini. *Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018.

A fragilidade do arcabouço legal tornava-se ainda mais evidente quando confrontada com legislações que, na prática, permitiam a dispersão desses documentos. É plausível supor que parte do material ofertado no leilão tenha sido indevidamente desviada de repartições públicas e posteriormente alienada como “papel de reciclagem”, amparada pela Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, que autorizava órgãos estaduais a alienar ou destruir “papéis imprestáveis”.⁹⁵ Esse dispositivo legal favoreceu ao longo do tempo a formação de um mercado privado de documentos oficiais, alimentado por colecionadores – inclusive de peças assinadas por figuras centrais da história brasileira, como Machado de Assis, Dom Pedro II, Getúlio Vargas.

O episódio expôs explicitamente a existência de um vácuo jurídico e institucional inaceitável no tratamento dos documentos públicos no Brasil. Em resposta à crise desencadeada pelo leilão, o governo estadual instituiu em 11 de novembro de 1983 uma comissão de estudos encarregada de elaborar uma proposta para a criação de um sistema estadual de arquivos, capaz de enfrentar os problemas revelados pelo episódio. O colegiado reuniu nomes expressivos da historiografia e da administração pública, entre os quais Carlos Guilherme Mota, José Honório Rodrigues, José Ribeiro Júnior, Ricardo Maranhão, José Roberto do Amaral Lapa, José Sebastião Witter, Marco Aurélio Garcia, Norman Potter, Sérgio Bilotta e Zélio Alves Pinto.⁹⁶

A esse esforço técnico somou-se um gesto político de alto simbolismo. Inês Etienne Romeu foi nomeada diretora do Arquivo em 2 de janeiro de 1984. Ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária, Romeu fora presa e brutalmente torturada durante a ditadura, sendo a única sobrevivente da chamada Casa da Morte de Petrópolis, centro clandestino de extermínio operado pela repressão. Após ser anistiada, Romeu formou-se em história pela Universidade Federal do Ceará em 1981. Seria contratada como historiógrafa pelo APESP no ano seguinte, a partir da indicação de Ana Maria de Almeida Camargo, com quem manteve estreita amizade durante anos. Manteve na década de 1980 um intenso engajamento em defesa dos direitos dos familiares de desaparecidos políticos e dos anistiados, ganhando expressiva projeção pública.⁹⁷

Sua ascensão à diretoria do arquivo marcou não apenas um gesto individual, mas também uma inflexão institucional. Inserir-se na direção de um órgão de memória e de gestão documental alguém cuja trajetória pessoal simbolizava os horrores do autoritarismo e que demandava publicamente a abertura dos arquivos dos aparelhos de repressão da ditadura como uma forma de direito à verdade. Ao nomear Romeu, o governo Montoro deixava claro o compromisso com uma política arquivística orientada por princípios democráticos.

⁹⁵SÃO PAULO. Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968. Cria, no Palácio do Governo, o Fundo de Assistência Social e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 mar. 1968.

⁹⁶SÃO PAULO. Despacho do Governador, de 10 de novembro de 1983. Institui comissão de estudos encarregada de elaborar proposta para a organização de um sistema estadual de arquivos. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1983.

⁹⁷ESTADO DE S. PAULO. Senador pede investigações. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 de fevereiro de 1981, p. 10. TRIBUNA DA IMPRENSA. Ex-presa política vai contar tudo na OAB. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1981, p. 2. REVISTA DO ARQUIVO. In memoriam: homenagem a Inês Etienne Romeu e a José Sebastião Witter. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/in_memorian.php. Acesso em: 26 de junho. 2025. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo Inês Etienne Romeu. São Paulo: APESP. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/ines-etienne-romeu-2;jsad>. Acesso em: 26 de junho. 2025. TELES, Janaína de Almeida. Uma vida voltada à preservação da história das violações aos direitos humanos da ditadura militar. *Officina*, São Paulo, v. 3, n. 1, 2024, p. 104-110.

Paralelamente a essa iniciativa, consolidou-se em torno das atividades conduzidas por Witter no Arquivo um grupo de historiadores, bibliotecários e arquivistas que passou a se reunir periodicamente na instituição. Integravam esse círculo, entre outros, Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto, Silvana Goulart e Neire do Rossio Martins. Em geral, tratava-se dos profissionais diretamente envolvidos na organização e na redação do *Boletim institucional*, que utilizavam esses encontros não apenas para tratar de questões editoriais, mas também como um espaço regular de debate sobre problemas mais amplos relacionados aos arquivos, à política documental e à preservação da memória pública.

Essas reuniões contribuíram para a constituição de uma agenda intelectual e institucional mais consistente no campo arquivístico paulista, articulando reflexão teórica, experiência prática e intervenção administrativa. Para além das discussões internas, o grupo passou a atuar como instância de assessoria técnica, realizando consultorias junto a arquivos em processo de estruturação na unidade da federação. Nesse contexto, instituições como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), então em seus primeiros passos na organização de um sistema próprio de arquivos, enviaram servidores para estágios e trocas técnicas no Arquivo Público. Iniciativas semelhantes ocorreram também em municípios como Rio Claro e na própria cidade de São Paulo, evidenciando o papel do Arquivo como

polo de difusão de práticas e saberes arquivísticos naquele momento.⁹⁸

O principal desdobramento desse amplo processo de mobilização técnica e política foi a promulgação do Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, que instituiu oficialmente o SAESP.⁹⁹ A legislação foi formalizada em cerimônia pública realizada no Palácio dos Bandeirantes, presidida pelo governador Montoro, com a presença de Witter, que se manifestou publicamente em defesa da iniciativa.¹⁰⁰ O decreto representava não apenas uma resposta institucional às pressões por uma política arquivística integrada, mas também um marco simbólico e normativo na consolidação dos arquivos como instrumentos de gestão administrativa, de transparência estatal, de preservação da memória pública e de fortalecimento da democracia.

Entretanto, a promulgação do SAESP não equívaleu à sua imediata construção efetiva. Criar um sistema de arquivos exigia muito mais do que a publicação de um texto normativo, implicava a reorganização de práticas administrativas, a formação de quadros técnicos, a definição de rotinas de gestão documental e a criação de infraestruturas adequadas. Nesse sentido, o decreto paulista inscreve-se em um movimento mais amplo observado ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando diversos estados brasileiros passaram a institucionalizar políticas arquivísticas por meio da criação de sistemas estaduais de arquivos. O pioneirismo coube ao Rio Grande do Norte, que ins-

⁹⁸MARTINS, Neire do Rossio; ROCCO, Brenda. *Arquivologia: memórias de uma ciência entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto*. Officina, São Paulo, v. 2, n. 1, 2023. MALDONADO, Luccas Eduardo Castilho. *Arquivos em disputa: memória, acervos privados e a constituição das humanidades na Unicamp*. Campinas, 2025. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2025.

⁹⁹SÃO PAULO. Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984. *Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 19 out. 1984.

¹⁰⁰ESTADO DE S. PAULO. *Um decreto estadual para a preservação da memória*. Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 de outubro de 1984, p. 14.

tituiu seu sistema pelo Decreto nº 7.394 de 18 de maio de 1978. Sergipe seguiu o mesmo caminho com o Decreto nº 4.507 de 19 de novembro de 1979. O Espírito Santo formalizou seu sistema pelo Decreto nº 2.270 de 24 de novembro de 1981. A Bahia instituiu o seu em 31 de maio de 1983.¹⁰¹

Nessa perspectiva, o Decreto do SAESP não deve ser interpretado como uma iniciativa isolada ou excepcional, mas como parte de um processo histórico mais amplo de institucionalização arquivística no país. Contudo, essas outras iniciativas são marcadas por repetidos fracassos. A singularidade do caso paulista reside menos na criação formal do sistema do que nos desafios colocados à sua implementação. Foi a partir dessa legislação que se iniciou um processo gradual de reorganização institucional, sustentado por um acúmulo prévio de experiências técnicas, debates públicos e articulações políticas, que influenciaram os outros arquivos estaduais a desenvolver sua iniciativa a partir de então. Em outros termos, o Arquivo foi o primeiro a implementar efetivamente uma estrutura de sistema, pois era a única instituição que tinha amparo para tal, ainda que lentamente e a duras penas.

A partir da regulamentação de 1984, teve início um processo lento e gradual de transformação estrutural e funcional do Arquivo. Esse percurso materializou-se, por exemplo, na construção de uma nova sede especialmente concebida para a guarda de acervos documentais, no bairro de Santana, inaugurada apenas em 1997. Outro marco fundamental foi a implementação, a partir de 1998, de projetos sistemáticos de classificação, avaliação

e destinação de documentos da administração pública direta, baseados em tabelas de temporalidade e em critérios técnicos unificados. A segunda iniciativa foi liderada por Ana Maria de Almeida Camargo, Heloisa Liberati Bellotto e Ieda Pimenta Bernardes, contando com financiamento da FAPESP¹⁰². A plena efetivação do sistema, portanto, estendeu-se por mais de uma década, evidenciando que tanto a construção de políticas arquivísticas quanto o próprio debate sobre democracia no Brasil são processos lentos, com avanços e recuos e historicamente situados.

PONDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução da pré-história do SAESP permite compreender que sua constituição não foi resultado de uma decisão administrativa isolada nem de um simples processo de reorganização técnica. Ao contrário, o SAESP emerge como desdobramento de um longo percurso de disputas institucionais, reformulações conceituais e rearranjos políticos que atravessaram o processo de distensão do regime militar e os primeiros anos da redemocratização brasileira. A formação de uma política arquivística sistêmica esteve profundamente imbricada na redefinição das relações entre Estado, documentação e democracia.

Ao longo da década de 1970 e início dos anos 1980, o Arquivo deixou progressivamente de ocupar um lugar marginal na administração pública para se tornar objeto de debate técnico, político e intelectual. Esse deslocamento não se deu de maneira linear nem cumulativa, mas por meio de iniciativas fragmentadas, frequentemente interrompidas por mudanças de governo, restrições orçamentárias e resistên-

¹⁰¹CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Legislação arquivística brasileira e correlata*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024, p. 14-17.

¹⁰²ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2004.
FERREIRA, Maria de Lourdes. Ana Maria de Almeida Camargo: generosidade, coragem e um (muito) especial senso de humor. *Officina*, São Paulo, v.3, n. 1, 2024.

cias institucionais. Ainda assim, tais experiências produziram um acúmulo conceitual e técnico decisivo, que gradualmente sedimentou a percepção de que a gestão documental não poderia ser reduzida à preservação da memória histórica, mas deveria ser concebida como dimensão constitutiva da própria administração pública.

Nesse processo, destacou-se o papel desempenhado por intelectuais e gestores que transitaram entre a universidade, os órgãos culturais e a máquina estatal. As gestões de José Mindlin, Francisco de Assis Barbosa e José Sebastião Witter evidenciam como a reorganização do Arquivo esteve associada à emergência de uma nova geração de historiadores e profissionais da informação, formados no ambiente universitário e portadores de uma concepção ampliada do papel público dos arquivos. A presença desses agentes contribuiu para deslocar o entendimento do Arquivo como mero repositório de documentos “históricos” para uma instituição estratégica, responsável pela racionalização da produção documental, pela definição de critérios de avaliação e destinação e pela garantia do acesso público à informação.

A incorporação progressiva de princípios arquivísticos internacionais, em especial o *respect des fonds* e a noção de sistemas integrados de arquivos, representou um ponto de inflexão conceitual. Ao questionar a tradição do “arquivo-antologia” e da organização temática orientada por interesses historiográficos, essas propostas recolocaram a documentação no interior de seus fluxos administrativos de produção, enfatizando a necessidade de preservar a organicidade dos fundos e a inteligibilidade dos processos estatais. Tal mudança não foi apenas técnica, mas política. Ao restaurar os vínculos institucionais dos documentos, fortalecia-se a possibilidade de controle público, de responsabilização administrativa e de transparência governamental.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia os limites estruturais desse movimento reformista. A inexistência de um marco legal robusto, a permanência de legislações permissivas quanto à eliminação de documentos e a posição subalterna do Arquivo na hierarquia administrativa do Estado comprometeram a efetividade das propostas formuladas nos anos 1970. A ideia de um sistema estadual de arquivos, embora presente desde então, só pôde ser parcialmente concretizada anos depois, revelando o descompasso entre a maturação técnica do debate arquivístico e a capacidade política do Estado de incorporá-lo plenamente.

Ainda assim, o período analisado foi decisivo para a constituição de uma nova sensibilidade em torno dos arquivos públicos em São Paulo. A aproximação entre o Arquivo e a universidade, a profissionalização da arquivologia, a circulação internacional de especialistas e a crescente visibilidade pública da instituição contribuíram para inscrever a gestão documental no horizonte da construção democrática. Os arquivos passaram a ser concebidos não apenas como guardiões do passado, mas como instrumentos indispensáveis para o funcionamento do Estado de Direito, capazes de sustentar direitos, produzir provas e mediar a relação entre o poder público e a sociedade.

Dessa forma, a criação do SAESP deve ser entendida menos como um ponto de chegada do que como a cristalização institucional de um processo histórico longo, marcado por continuidades, rupturas e reinterpretações sucessivas. Ao recuperar essa pré-história, o texto busca demonstrar que as políticas arquivísticas não são neutras nem meramente técnicas, mas expressam projetos de Estado, concepções de democracia e disputas pelo controle da memória pública. Compreender sua gênese é, portanto, condição fundamental para refletir criticamente sobre os desafios contemporâneos da gestão documental e do acesso à informação no Brasil.

REFERÊNCIAS

A TRIBUNA. IPT elimina cupim que ataca prédios tombados. A Tribuna, São Paulo, 23 de fevereiro de 1976, p. 4.

ALCÂNTARA MACHADO, José de. Vida e Morte do Bandeirante. São Paulo Revista dos Tribunais, 1929.

ALESSI, Vicente. O arquivo da história da cidade, uma triste história. Folha de São Paulo, 11 de junho de 1975, p. 13.

AMARAL, Antônio Barreto do. O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1974.

AMORE, Antonio Augusto Soares. A preservação do Arquivo. Estado de São Paulo, São Paulo, 1 de janeiro de 1978, p. 2.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Ana Maria de Almeida Camargo e o associativismo. Officina, São Paulo, v.3, n. 1, 2024, 172-175.

ARNS, Dom Paulo de Evaristo. Os arquivos e a vida de hoje. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 de outubro de 1981, p. 23.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (org.). Seminário Arquivos e História. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo Inês Etienne Romeu. São Paulo: APESP. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/ines-etienne-romeu-2;isad>. Acesso em: 26 de junho. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. boletim histórico e informativo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v. 1, n. 1/2, jan./ago. 1980.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio. São Paulo: Arquivo do Estado, 2004.

BARBOSA, Francisco de Assis. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ofício n.º 400/76, de Francisco de Assis Barbosa ao Secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, Max Feffer, em 21 de junho de 1976. São Paulo, 1976. Fundo Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BARBOSA, Francisco de Assis. Arquivos do Governo do Estado de São Paulo: problemas & soluções. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1977.

BARBOSA, Francisco de Assis. Colóquio em Paris para Construção de Edifícios de Arquivos. Boletim do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, n. 22, abril/maio/junho de 1976, p. 36-39.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERNARDES, Ieda Pimenta. A prática arquivística e o impulso da historiografia. Notícias Bibliográficas e históricas, v. 28 n. 160, 1996.

BORIN, Monique Félix; SOARES, Sheila Aparecida Rodrigues. Abrindo os arquivos do Deops/SP: a experiência da livre disponibilização na internet dos acervos da repressão. In: STAMPA, Inez Terezinha;

SÁ NETTO, Rodrigo de (org.). Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. p. 32-39.

BRASIL. Arquivo Nacional. Ofício de Raul Lima, diretor-geral do Arquivo Nacional, ao chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Assunto: Assistência técnica Arquivo do Estado de São Paulo (Relatório). Rio de Janeiro, 25 nov. 1975. 1 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 1968.

BRASIL. Decreto nº 50.614, de 18 de maio de 1961. Incumbe grupo de trabalho de elaborar anteprojeto de lei para diretrizes de uma política de arquivos. Diário Oficial da União, Brasília, 18 maio 1961.

BRASIL. Decreto nº 75.657, de 24 de abril de 1975. Cria o Sistema de Serviços Gerais – SISG, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 1975

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 out. 1978.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jul. 1978.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 1979.

CALABRE, Lia. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. Intellèctus, Niterói, ano 5, v. II, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

CARNEIRO, Paulo. Carta a Francisco de Assis Barbosa. Paris, s.d. 2 p. Manuscrito. Fundo Francisco de Assis Barbosa, BBM-USP.

CIDADE DE SANTOS. Arquivo do DEOPS, fonte de história. Cidade de Santos, Santos, 22 de agosto de 1982, p. 12.

CIDADE DE SANTOS. Banco de teses. Cidade de Santos, Santos, 12 de janeiro de 1983, p. 3.

COLOMBO, Ana Beatriz; TROTTINO, Sonia. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. *Ágora: Arquivologia em debate*, Florianópolis, v. 31, n. 63, jul./dez. 2021, p. 9-10.

CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. Carta de Charles Kecskeméti a Francisco de Assis Barbosa comunicando a admissão da Divisão de Arquivo do Estado como membro "A" do ICA. Paris, 8 dez. 1976. 1 carta. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Legislação arquivística brasileira e correlata. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024, p. 14-17.

DALLARI, Dalmo de Abreu. A guarda e eliminação de documentos históricos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 de setembro de 1979, p. 4-5.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Parecer sobre a situação administrativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, 11 jan. 1977. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO. Pequeno Histórico e prontuário do Departamento do Arquivo do Estado. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1953.

DUCHEIN, M. Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 1 ago. 1980. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

DUCHEIN, Michel. 1983. Theoretical principles and practical problems of respect des fonds in Archival Science. *Archivaria*, 16 (January), 1983.

DUCHEIN, Michel. Division des Archives de France. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 12 nov. 1976. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

DUCHEIN, Michel. Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 12 jul. 1978. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

DUCHEIN, Michel. Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 8 set. 1978. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

DUCHEIN, Michel. Inspection Générale des Archives. Carta a BARBOSA, Francisco de Assis. Paris, 17 dez. 1979. 1 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, P231. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

DUCHEIN, Michel. Organisation des archives: rapport établi à l'intention du Gouvernement de la République fédérative du Brésil par l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture. Paris: UNESCO, 1978.

DUMOULIN, Olivier. O papel social do historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ESTADO DE PAULO. A memória nacional pela primeira vez em leilão. Estado de São Paulo, São Paulo, 2 de setembro de 1983, p. 14.

ESTADO DE S. PAULO. História paulista é reduzida a pó, por faltar verba. Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 de junho de 1975, p. 18.

ESTADO DE S. PAULO. Mindlin demite-se da Secretaria da Cultura. Estado de S. Paulo, São Paulo, 10 de fevereiro de 1976, p. 6.

ESTADO DE S. PAULO. Senador pede investigações. Estado de S. Paulo, São Paulo, 7 de fevereiro de 1981, p. 10.

ESTADO DE S. PAULO. Um decreto estadual para a preservação da memória. Estado de S. Paulo, São Paulo, 19 de outubro de 1984, p. 14.

ESTADO DE SÃO PAULO. Em novo prédio, Arquivo deixará de ser depósito. Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 de agosto de 1978, p. 13.

ESTÊVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vítor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010, p. 100-101.

ESTÊVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vítor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-102, jan./jun. 2010.

FERREIRA, Maria de Lourdes. Ana Maria de Almeida Camargo: generosidade, coragem e um (muito) especial senso de humor. *Officina*, São Paulo, v.3, n. 1, 2024.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. Arquivo Público de Rio Claro: de depósito para repositório da memória, com valor histórico e finalidade cultural. *Officina*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 8-34, 2024.

FREIRE, Diego José Fernandes. O passado da história: os historiadores e as historiadoras da Universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

GASPARI, Elio. A Ditadura Acabada. São Paulo: Intrínseca, 2016.

GLAZER, Raquel. O Arquivo hoje. *Boletim histórico e informativo*, São Paulo, 3 (1), jan./mar. 1982, p. 8-14.

GOMES, Yuri Queiroz. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da arquivologia no Brasil. 1971-1978. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). História da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

GOULART, Silvana. Um desafio do tamanho de Ana Maria Camargo. *Officina*, n. 1, v. 3, 2024, p. 128-129.

IANNIBELLI, Rosina. Arquivo do Estado comemora 90 anos. *Mensário do Arquivo Nacional*, São Paulo, 13 (7), 1982, p. 224.

IFCH – UNICAMP. Ditadura nunca mais: uma conversa com Ana Maria de Almeida Camargo. YouTube, 29 mar. 2023. 1 vídeo (2h30min45s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pP6Uyt14KZ4>. Acesso em: 11 dez. 2025.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE S. PAULO. Estatutos do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo: instalado em 1º de novembro de 1894. São Paulo: Leroy King Bookwalter, 1895.

JARDIM, José Maria. El mundo como sistema: consideraciones sobre el enfoque sistémico. In: JARDIM, José Maria (org.). Políticas y sistemas de archivos. México: Secretaría General Iberoamericana; red de archivos diplomáticos Iberoamericanos, 2010, p. 137-154.

JOFFILY, Mariana. Sessenta anos do golpe de 1964, que história é essa? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 565-591, set./dez. 2024.

JORNAL DO BRASIL. Burocracia plastificada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1975, p. 8.

JORNAL DO BRASIL. Informe JB. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1975, p. 8.

KESKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul./dez. 1988.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. 2º ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 2009.

MALDONADO, Luccas Eduardo Castilho. Arquivos em disputa: memória, acervos privados e a constituição das humanidades na Unicamp. Campinas, 2025. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2025.

MALDONADO, Luccas Eduardo; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo em disputa: uma genealogia semântica do espólio de Sérgio Buarque de Holanda. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, p. 1-44, 2025.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A arquivologia brasileira. 2º ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (org.). História da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

MARTINS, Marcelo Quintanilha. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013.

MARTINS, Neire do Rossio; ROCCO, Brenda. Arquivologia: memórias de uma ciência entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto. *Officina*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2023, p. 141-145.

MARTINS, Neire do Rossio; ROCCO, Brenda. Arquivologia: memórias de uma ciência entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto. *Officina*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2023.

MARTINS, Paulo Egydio. Paulo Egydio: depoimento ao CPDOC/FGV. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 461-477.

MENDES, André Oliva Teixeira. Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENDES, André Oliva Teixeira. Tratamento da documentação privada no Arquivo do Estado de São Paulo. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999.

MENDES, Ubirajara Dolácio. Pequeno histórico e prontuário do Departamento do Arquivo do Estado. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1953.

MINDLIN, José. Carta a Francisco de Assis Barbosa. São Paulo, 12 abr. 1977. 2 p. Fundo Francisco de Assis Barbosa, Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

MINDLIN, José. Quem era Vlado. Instituto Vladimir Herzog, [s. l.], 25 out. 2018. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/quem-era-vlado-por-jose-mindlin/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MINDLIN, José. Setor público: lições de uma experiência. In: MINDLIN, José. Uma vida entre livros: reencontros com o tempo. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras, 1997, p. 84-92.

MINDLIN, José. Uma experiência de programação cultural. In: MICELI, Sérgio (org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 209-221.

MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. sér., v. 16, n. 1, p. jun. 2008, p. 210.

MORAES, Maria Blasioli. A disputa pelo acesso, controle e ocultação de documentos no processo de abertura dos arquivos da ditadura militar no Brasil. 2024. 284 f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, p. 2014, p. 325-355.

O ESTADO DE S. PAULO. Secção Livre. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 de dezembro de 1894, p. 2.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. A formação em Arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PEREGRINO, Miriane da C. Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação. [S.l.: s.n.], [20--]. Trabalho apresentado à ENARA – Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia. Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, Maria Aparecida. Subsídios para a história da educação no Brasil: um estudo da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Tese de doutorado em Educação defendida no Centro de Educação e Ciências Humanas na Universidade Federal de São Carlos, 2013, p. 73.

PRADO, Antonio Arnoni. Francisco de Assis Barbosa, o repórter que sonhava. Pensares em revista, São Gonzalo, n. 1, jul.-dez., 2012.

PRADO, Paulo. Paulística etc. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

REVISTA DO ARQUIVO. In memoriam: homenagem a Inês Etienne Romeu e a José Sebastião Witter. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/in_memorian.php. Acesso em: 26 de junho. 2025.

RIBBERINK, A. E. W. Carta a Francisco de Assis Barbosa. 's-Gravenhage (Haia), 16 dez. 1976. 1 p. Datilografada, assinada. Fundo Francisco de Assis Barbosa, BBM-USP.

RIO CLARO. Lei nº 1.573, de 1979. Rio Claro, 1979.

RODRIGUES, José Honório. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1959.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado. Boletim Informativo, n. 1, São Paulo, 1976.

SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado. Boletim Informativo, n. 2, São Paulo, 1976.

SÃO PAULO. Decreto nº 20.955, de 1º de junho de 1983. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1 jun. 1983.

SÃO PAULO. Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 19 out. 1984.

SÃO PAULO. Decreto nº 29.922, de 12 de dezembro de 1957. Aprova o Regulamento do Departamento do Arquivo do Estado. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 13 dez. 1957.

SÃO PAULO. Decreto nº 4.093, de 26 de julho de 1974. Dispõe sobre a organização da Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 27 jul. 1974.

SÃO PAULO. Decreto nº 49.168, de 29 de dezembro de 1967. São Paulo, 30 dez. 1967. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49168-29.12.1967.html>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SÃO PAULO. Decreto nº 5.243, de 27 de outubro de 1931.

SÃO PAULO. Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976. Reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 23 mar. 1976. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1976/decreto-7730-23.03.1976.html>. Acesso em: 30 out. 2025.

SÃO PAULO. Despacho do Governador, de 10 de novembro de 1983. Institui comissão de estudos encarregada de elaborar proposta para a organização de um sistema estadual de arquivos. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 11 nov. 1983.

SÃO PAULO. Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968. Cria, no Palácio do Governo, o Fundo de Assistência Social e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 28 mar. 1968.

SÃO PAULO. Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968. Cria, no Palácio do Governo, o Fundo de Assistência Social e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 28 mar. 1968.

SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Corpo de Bombeiros – 6ª Seção – B/6. [Laudo técnico sobre as condições de segurança do prédio do Arquivo Público do Estado de São Paulo]. São Paulo, 30 ago. 1975. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. Divisão de Arquivo do Estado. Ofício à professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas apresentando sugestões para um curso de arquivística. Processo FFCLH 368/76. São Paulo, [1976]. 3 p. Documento datilografado. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; MATTOS, Renato de; TOGNOLO, Natalia Bolfarini. Como surgem as políticas arquivísticas: o 1º Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018.

SILVA, Welder Antônio. Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintas. In: SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da; MARQUES, Rodrigo Moreno (org.). Informação, mediação e cultura: teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte: Letramento: PPGCI, 2022, p. 185-210.

SILVA, Welder Antônio. Retrospectiva da arquivística brasileira no século XX. 2002. 96 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) - Escola de Arquivologia, UNI-RIO, Rio de Janeiro, 2002, p. 54-58. LOPES, Luís Carlos. A informação e os arquivos. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.

TELES, Janaína de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. Versão corrigida. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TELES, Janaína de Almeida. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 3., 2010, Buenos Aires. Recordando a Walter Benjamin: Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la memoria. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Uma vida voltada à preservação da história das violações aos direitos humanos da ditadura militar. *Officina*, São Paulo, v. 3, n. 1, 2024, p. 104-110.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Ex-presa política vai contar tudo na OAB. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1981, p. 2.

USP. Processo 67.1.8503.1.8. Consultado no Arquivo Geral da USP.

VALLE, Franco Della. Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VITOR, Manuel. Um velho arquivo desaparece. *Correio Paulistano*, 10 de dezembro de 1949, p. 7.

WITTER, José Sebastião. O Arquivo do Estado. Relatório da Divisão de Arquivo do Estado, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 5 de outubro de 1978. 1 relatório. Documento datilografado. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.

WITTER, José Sebastião. O Arquivo do Estado. Relatório da Divisão de Arquivo do Estado, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 5 de outubro de 1978. 1 relatório. Documento datilografado. Biblioteca Brasileira Mindlin, Universidade de São Paulo.